

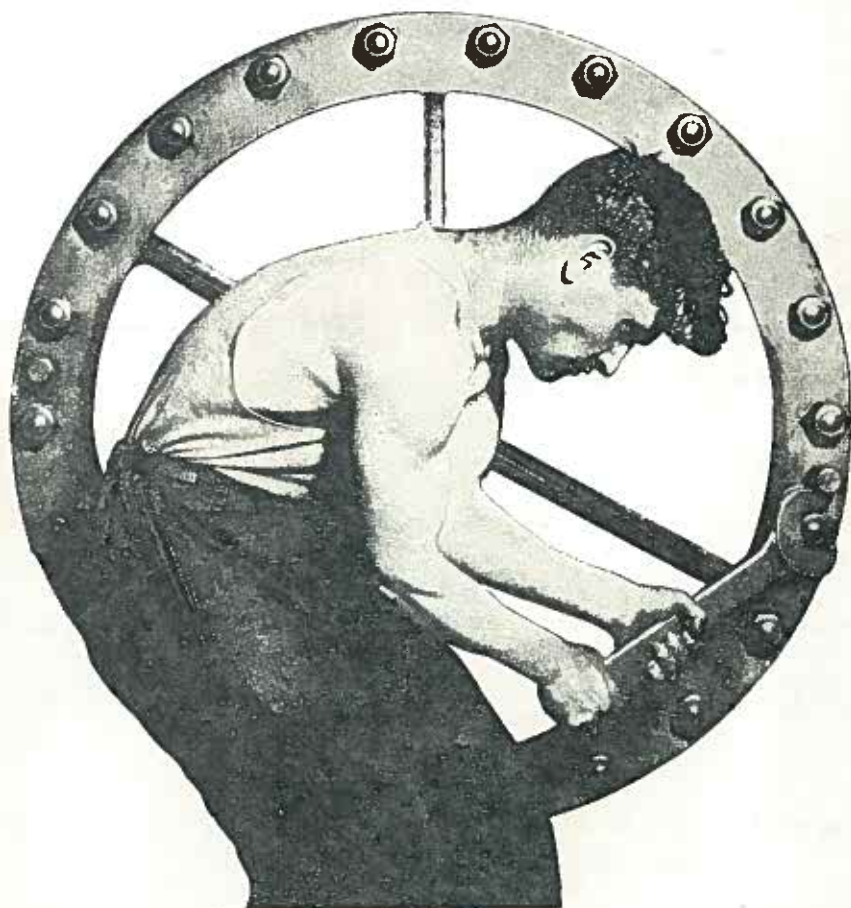
REVISTA

N.º 2-Out./Dez./7

TÉCNICA DO

RABALHO

DIREITO · ECONOMIA · MEDICINA · PREVIDÊNCIA · SEGURANÇA



Força de Trabalho e Trabalho

ESQUEMA

1. Razões de uma reflexão

- 1.1. Ambiguidades terminológicas da economia vulgar
- 1.2. Ambiguidades na contratação colectiva
- 1.3. Razões sociais das ambiguidades
- 1.4. Intenções de clarificação dos conceitos

2. Relações entre força de trabalho e trabalho

- 2.1. Níveis de diferenciação entre força de trabalho e trabalho
- 2.2. Dualidade da abordagem subsequente
- 2.3. Caracterização da força de trabalho
- 2.4. Caracterização do trabalho
- 2.5. Relações entre força de trabalho e trabalho

3. Duas visões da relação entre força de trabalho e trabalho, dois problemas centrais

- 3.1. Valor da força de trabalho e salários
- 3.2. Produtividade e salários
- 3.3. Síntese: mais-valia

4. Conclusões

1. RAZÕES DE UMA REFLEXÃO

1.1. Se manusearmos as publicações de economia verificamos, muito frequentemente, que existem grandes imprecisões linguísticas no estudo da «economia do trabalho» ou na apresentação da fracção da economia política que se ocupa dessa problemática.

Tomemos alguns exemplos ilustrativos do afirmado, aproveitando a ocasião para começar a desbravar algum caminho a trilhar.

a) Raymond Barre, actual homem forte do governo francês, antigo professor da «Faculdade de Direito e das Ciências Económicas de Paris», reconhecido internacionalmente como eminente economista, vice-presidente da Comissão que elaborou o Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas para vigorar nos países da CEE, escrevia:

«Na linguagem corrente o salário é a remuneração do trabalho. A expressão é tão cómoda quanto vaga: tem que ser precisada. Na economia moderna, a força de trabalho manual ou intelectual está, contrariamente ao que se passava nos regimes de escravidão ou servidão, juridicamente à disposição dos que a fornecem. É oferecida aos empregadores que a procuram mediante uma remuneração: o salário. Este jogo da oferta e da procura tende a fazer do trabalho uma mercadoria...»⁽¹⁾

b) Bertrand Nogaro, conhecido economista, também afirma no seu «Curso de Economia Política», após analisar a «teoria do custo de produção»:

«... não tardou a observar-se que a noção de custo de produção aplicada ao preço do trabalho assalariado não poderia ter a mesma precisão que tem quando se aplica aos outros preços: com efeito, o custo da manutenção e reprodução dos trabalhadores assalariados não foi determinado unicamente por necessidades fisiológicas...»⁽²⁾

e apresenta as linhas fundamentais da sua formulação

«A teoria do salário deve ser considerada como consistindo antes de tudo numa teoria do preço do trabalho.»⁽³⁾

Contudo, noutras partes afirma

«Sendo o meio natural dado como uma condição primária do acto produtivo, a noção de trabalho corresponde, antes de mais, à ideia

⁽¹⁾ RAYMOND BARRE, «Economie Politique», Tomo II, «Cinquième Edition remaniée et mise à jour», pág. 78, ed. PUF.

⁽²⁾ Curso de Economia Política, BERTRAND NOGARO, Panorama da Ciência Económica, Edição Cosmos, 1951, Vol. IV, pág. 201.

⁽³⁾ Idem, pág. 218.

de uma transformação dos elementos que desse meio são aproveitados para uma adaptação às nossas necessidades.»

«... a noção de trabalho coincide com a de acto produtivo»

«... o acto humano que recebe a qualificação de trabalho.»⁽⁴⁾

Erich Schneider, que foi director do Instituto de Economia Mundial da Universidade de Kiel e professor «honoris causa» de várias universidades europeias, ao analisar os primeiros conceitos de economia afirma:

«Uma empresa não representa outra coisa senão uma aparelhagem técnica, da qual o homem se utiliza para fabricar os bens de consumo. Ela consiste de uma determinada combinação real de terra e meios de produção (equipamentos) entrosados por qualidade e quantidade. Na estrutura de tal combinação de terra e meios de produção, o homem trabalha directa ou indirectamente, na fabricação de bens de consumo...»

«O trabalho e a terra são muitas vezes designados na literatura como factores de produção originários ou naturais...»⁽⁵⁾

«Cada empresa dispõe, a cada instante, de determinada quantidade de mão-de-obra que é distribuída, em número e qualidade, aos meios materiais de produção de maneira definida em função de dados técnicos.»⁽⁶⁾

d) Samuelson, conhecido economista americano, licenciado em Letras pela Universidade de Chicago, doutorado pelas Universidades de Havard, doutorado em Direito pela Universidade de Boston, Doutor «honoris causa» de diversas universidades, professor de Economia no Institute of Technology em Massachusetts, presidente da Economic Society, consultor económico do Presidente Kennedy, depois de citar o Novo Testamento⁽⁷⁾ afirma:

«O homem é muito mais do que uma mercadoria. Todavia é verdade que os homens cedem os seus serviços por um preço. Este preço é o seu salário e, de todos os preços, é o mais importante.»⁽⁸⁾

e) Francisco Pereira de Moura, professor no Instituto Superior de Economia, conhecido economista português, afirma:

«Quando se fala em salários, na análise económica, quer-se dizer algo mais do que a palavra traduz na linguagem corrente: e tanto

⁽⁴⁾ Idem, Vol. III, pág. 44/5.

⁽⁵⁾ ERICH SCHNEIDER, «Teoria Económica», Vol. 1 — «Teoria da Circulação Económica», Edição brasileira, Editora Fundo de Cultura, pág. 19.

⁽⁶⁾ Idem, pág. 21.

⁽⁷⁾ Expressão de um juízo de valor «O Trabalhador merece o seu salário».

⁽⁸⁾ Início do capítulo «Os Salários de Concorrência e a Contratação Colectiva», Edição portuguesa da Gulbenkian.

nos referimos à remuneração do operário ou assalariado, propriamente dito, com salário definido ao dia e, em geral, pago à semana, como aos ordenados de empregados ou do pessoal superior das empresas e aos vencimentos dos funcionários (Estado e instituições afins), todos esses normalmente referidos e pagos ao mês. O salário é, de uma maneira geral, a remuneração do trabalho, seja qual for a categoria e espécie deste.»⁽⁹⁾

Propositadamente, não recorremos a autores que são baluartes da história das doutrinas económicas, para não nos embrenharmos num debate que não constituiria o nosso objectivo, mas também aí nos defrontaríamos com formulações semelhantes.

É certo que nem em todas as obras que tratam desta temática encontraremos estes prolegómenos, porque alguns autores procuram escamotear o centro nevrálgico do problema adoptando uma terminologia descritiva⁽¹⁰⁾ ou porque consideram o conceito como adquirido, mas também aqui é frequente admitir implicitamente a mesma conceptualização dos extractos acima.

Mas que podemos concluir? Sobretudo o seguinte: algumas palavras e expressões são utilizadas como sinónimos

— «força de trabalho» = «trabalho» (em a) temos «a força de trabalho... é oferecida aos empregadores que a procuram... tende a fazer do trabalho uma mercadoria»;

— «operário» = «trabalho» (em e) «quando se fala em salários... referimo-nos à remuneração do operário ou assalariado... de uma maneira geral a remuneração do trabalho»;

— «homem» = «seu serviço» (em d) o homem é considerado uma mercadoria... mas são os seus serviços que são vendidos);

ou numa determinada sequência sem se estabelecer as ligações económico-sociais existentes entre elas⁽¹¹⁾:

— «trabalho assalariado» R «trabalhador assalariado» (em b) fala-se em «presença do trabalho» sendo este entendido como um «acto», mas ao analisar as causas profundas da existência do referido preço salta para a «manutenção e reprodução dos trabalhadores»;

⁽⁹⁾ FRANCISCO PEREIRA DE MOURA, Lições de Economia, Livraria Clássica Editora, pag. 231.

⁽¹⁰⁾ É o que acontece, por exemplo, quando ao tratar dos salários não se relacionam estes com a «mão-de-obra» ou como trabalho e apenas se afirma: «os salários são um dos factores da maior importância na vida económica e social de toda a comunidade» — Los Salarios, O. I. T., Oficina Internacional del Trabajo, 1977, pag. 1.

⁽¹¹⁾ Assim como para referirmos que duas palavras eram usadas indiferentemente, utilizamos o símbolo «=», para indicar a existência de uma relação utilizaremos o símbolo «R», deixando em aberto o seu tipo: de igualdade, de anterioridade lógica, histórica, económica ou social de um conceito em relação ao outro, etc..

— «o homem trabalha» R «o trabalho» R «mão-de-obra» (em c) ao analisar-se a empresa diz-se que «determinada quantidade de mão-de-obra» é distribuída e que naquela o «homem trabalha» na produção e exactamente «o trabalho» é muitas vezes considerado como factor de produção originário).

Podemos dizer que todas estas identidades e relações se estabelecem quotidianamente. A sua sistemática repetição tende a dar-lhes um carácter inquestionável.

Contudo, dos próprios textos anteriores e de uma breve reflexão sobre estas questões não é difícil concluir, por exemplo, que o **trabalhador** em geral, e o operário em particular, **trabalha**, isto é, executa um **trabalho**, um acto, mas o trabalhador não pode ser identificado com o trabalho, quer numa apreciação global do problema (o trabalho corresponde apenas a uma parte da vida do trabalhador que como homem, tem uma vida biológica, social, psicológica, etc., multifacetada) quer no estrito campo económico (recorde-se apenas que o trabalhador insere-se numa determinada classe social, produz, participa na repartição de rendimentos e consome).

Se a **capacidade de trabalho** é o conjunto de aptidões físicas e intelectuais que o homem dispõe e que podem ser utilizadas e **o trabalho** é o emprego das energias humanas físicas ou intelectuais, para uma utilidade própria ou social..., é o emprego das energias humanas dirigidas pela inteligência e sustentada pela vontade⁽¹²⁾, fácil é concluir que a capacidade de trabalho é anterior ao trabalho, este é o movimento daquele e os dois conceitos não podem ser identificados.

Impõe-se, pois, o estudo económico-social das relações entre estes conceitos.

1.2. Este estudo é tanto mais premente quanto a ambiguidade das relações entre os referidos conceitos se reflecte na actividade política, no comportamento dos agentes económicos, na legislação.

Assim, por exemplo, o DL. 49212 no Art. 4.º ao enumerar os elementos a tomar em consideração nas convenções colectivas e portarias de regulamentação do trabalho mistura elementos referentes à força de trabalho:

a) «As necessidades do trabalhador, atendendo ao custo de vida, nomeadamente no que se refere a alimentação, vestuário e

⁽¹²⁾ PAULO CAROSI, Curso de Filosofia, Vol. III — «Somatologia, Psicologia, Ética», Edições Paulistas, pag. 588.

Como teremos ocasião de verificar, o primeiro autor a distinguir explicitamente a «força de trabalho» do «trabalho», na Economia Política do Capitalismo, foi Karl Marx. Contudo, nesta fase inicial de abordagem do problema preferimos fazer alusão a um filósofo neo-tomista, anti-marxista, para mostrar que a diferenciação pode ser estabelecida por quem faça uma mínima leitura crítica das «evidências», embora a exploração integral dessa diferença para o enriquecimento da economia política só seja possível no quadro da teoria valor-trabalho.

alojamento»

c) «Natureza do trabalho»

g) «Os níveis de retribuição do trabalho no âmbito regional»

com elementos referentes ao trabalho

d) «A rentabilidade do respectivo sector económico»

e) «A produtividade do trabalho»

e ainda com elementos de fronteira

b) «A categoria profissional do trabalhador»

f) «Os níveis de remuneração praticados em actividades similares.»

O Art.º 11, ao referir as matérias sobre as quais deve haver clausulado, cai no mesmo tipo de deficiências.

Escolhemos propositadamente esta referência legal porque o processo de contratação colectiva é um paradigma da ambiguidade que temos vindo a referir. Quando trabalhadores e capitalistas debatem os salários, as diversas remunerações, as condições específicas de exercício do trabalho, etc. — tomemos os salários como tema de exemplificação — parece existir uma convergência temática entre os interlocutores, mas dos seus discursos ressalta uma profunda divergência quanto aos seus objectivos efectivos:

«Aos trabalhadores interessa principalmente, no que se refere aos salários, a quantidade de dinheiro que podem ganhar e o que podem comparar com ele, mas os empregadores consideram os salários de um ponto de vista diferente. Aos salários e restantes custos com a mão-de-obra juntam os custos com a matéria-prima e o combustível, os gastos de administração e outros custos de fabrico e estabelecem uma relação entre o custo total e os preços a que podem vender os seus produtos». (13)

Por outras palavras, os trabalhadores ao dinamizarem um processo de contratação colectiva visam, sobretudo, garantir determinadas condições de vida a que corresponde certa reprodução das capacidades de trabalho, da **força de trabalho**: «de facto (a força de trabalho) só existe como capacidade ou faculdade do indivíduo vivo; a produção daquela pressupõe, portanto, a existência deste; sendo dada a existência do indivíduo, ele produz a sua força de trabalho ao reproduzir-se, isto é, conservando-se a si mesmo». (14)

(13) O. I. T., Los Salarios, edição citada, pág. 7.

(14) KARL MARX, O Capital, Vol. I, Edição Centelha, pág. 280. O termo «ela» foi substituído por «a força de trabalho» e os pontos foram substituídos por ponto e vírgulas.

Entretanto os capitalistas visam manter a taxa de lucro ou atenuar a sua diminuição. Em termos imediatos consideram as variações do capital constante resultantes da contratação colectiva como nulas e a sua atenção centraliza-se na repartição superveniente entre a quantidade de mercadorias produzidas necessárias para cobrir os custos salariais e a quantidade daquelas que corresponde a apropriação do capital, por outras palavras, na relação entre quantidade de **trabalho necessário** e quantidade de **trabalho suplementar** (15).

Sob a aparência de um objecto comum de debate esconde-se uma divergência que corresponde à diferença entre a força de trabalho e trabalho, às contradições inerentes à sua relação.

1.3. Até aqui temos encarado o problema em estudo como uma contradição linguística, como objecto de discursos diferentes. Cabe agora ultrapassar

(15) Designa-se por quantidade de trabalho necessária o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias com uma quantidade de valor igual à quantidade de valor da força de trabalho. Designa-se por quantidade de trabalho suplementar a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de trabalho necessário.

Estas noções em termos de valor exigem uma análise em termos de preços de produção e de preços, mas a sua essência mantem-se.

O raciocínio apresentado pode-se apresentar sinteticamente da seguinte forma:

— designado por C o capital constante avançado, por V o capital variável avançado e por M a mais-valia apropriada num determinado período, $TI = M / (C + V)$ é a taxa de lucro para esse período, por exemplo o ano;

$$TI = \frac{M}{V} \cdot \frac{1}{\frac{C_f + C_c}{V} + 1}$$

em que C_f e C_c são o capital fixo avançado e o capital constante circulante avançado. Se designarmos por tm a taxa de mais-valia, isto é, a relação entre mais-valia e capital variável num período de rotação do capital e por n o número de rotações do capital, temos

$$TI = n \cdot tm \cdot \frac{1}{\frac{C_f + C_c}{V} + 1}$$

— Como $\frac{C_f + C_c}{V}$, com C_f invariável, tende a diminuir, devido ao aumento de V, tem um

impacto positivo sobre TI, a atenção focaliza-se nas oscilações de tm já que é de admitir n invariável (é este número de rotações do capital que as entidades patronais evocam ao falar em aumento de produtividade, identificando esta com aumento do esforço do trabalhador), já que se admitiu, por hipótese, a invariabilidade de C_f . Isto é, as variações da taxa de lucro são analisadas à luz das variações do reflexo de tm nos agregados contabilísticos, mas

$$tm = \frac{m}{V} \text{ numa rotação do capital}$$

$$\bullet \frac{m}{V} = \frac{\text{trabalho suplementar}}{\text{trabalho necessário}}$$

esse plano de análise:

«Segundo o texto original o operário vende ao capitalista, em troca do salário, o seu **trabalho**; segundo o texto actual vende a sua **força de trabalho**. E sobre esta modificação tenho que dar as necessárias explicações. Tenho que dá-las aos operários para que vejam que é um dos pontos mais importante de toda a Economia Política.»⁽¹⁶⁾

Com efeito,, sem uma clara compreensão da diferença entre «força de trabalho» e «trabalho» é impossível elaborar uma teoria de valor-trabalho coerente⁽¹⁷⁾ e utilizá-la como base da Economia Política do capitalismo, da transição ao Socialismo e mesmo do Socialismo⁽¹⁸⁾.

Pensamos que as referências anteriores já deixam vislumbrar claramente, embora de forma ainda incompleta e de contornos nebulosos, que os trabalhadores e os capitalistas vendem e compram a mercadoria força de trabalho e depois o capitalista consome produtivamente essa mercadoria, realiza o seu valor de uso, e há trabalho. Assim sendo é a força de trabalho que tem uma quantidade de valor e falar em «valor do trabalho» é um absurdo porque são as mercadorias que têm valor e não o acto do seu consumo.

Mas, suponhamos, que caímos na tentativa de determinar a quantidade de «valor do trabalho» realizado por um trabalhador produtivo, actuando em condições de trabalho médias, inserido numa unidade produtiva de composição orgânica média. Suponhamos também que as mercadorias produzidas nessa unidade produtiva são vendidas pelo seu valor de troca⁽¹⁹⁾. Suponhamos ainda que o trabalhador trabalha quarenta horas semanais, unidade base da nossa análise.

Qual a quantidade de «valor do trabalho» do nosso «protótipo»? Se uma mercadoria é valor se tem trabalho social incorporado e tem uma quantidade de valor correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário à repro-

⁽¹⁶⁾ F. ENGELS, Introdução de 30 de Abril de 1891 à obra de Marx «Trabalho Assalariado e Capital». Em «Trabajo Asalariado y Capital», Ed. Ricardo Aguilera, Madrid, pág. 9.

⁽¹⁷⁾ RICARDO (1772-1823), um dos fundadores da economia política clássica burguesa, que lançou as bases da teoria do valor-trabalho, não foi capaz de distinguir entre os dois conceitos, o que esteve na base de algumas das suas limitações, apesar de ter conseguido, por um salto lógico, resolver o problema da magnitude do «valor de trabalho» ao concluir que é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência essenciais ao operário.

⁽¹⁸⁾ Apesar de em Socialismo a força de trabalho não ser uma mercadoria.

⁽¹⁹⁾ A introdução destas hipóteses exige alguns comentários:

— a demonstração que se vai seguir, decalque de muitas análises semelhantes feitas por Marx e Engels nas suas obras, é possível sem a consideração destas hipóteses de partida mas, para sermos exaustivos, teríamos que considerar muitos outros parâmetros, a saber:

* Se admitíssemos que a análise incidia sobre um trabalhador improdutivo, teríamos que raciocinar não em termos de valor novo criado, mas de valor transferido,

dução dessa mercadoria⁽²⁰⁾ o mesmo se passaria para a nossa mercadoria «trabalho»: O tempo de trabalho socialmente necessário que reproduz as 40 horas de trabalho socialmente necessário realizadas pelo trabalhador é de 40 horas. E que concluir?

O «valor do trabalho» é igual ao valor das mercadorias produzidas pelo trabalho.

Põe-se, assim, os seguintes problemas:

— dizer que o tempo de trabalho de 40 horas é 40 horas é uma mera tautologia que nada acrescenta e é desnecessária, ficando sem significado a determinação do valor da categoria fundamental do capitalismo;

porque embora a força de trabalho dum trabalhador improdutivo tenha valor, o seu trabalho não cria valor;

- * Se não considerássemos as condições de trabalho médias e a composição orgânica média, teríamos que explicar o movimento da mais-valia extra, deslocando-nos do essencial que é a própria mais-valia; além disso teríamos que analisar cuidadosamente os impactos do metamorfoseamento do valor em preço de produção;
 - * Se não considerássemos que as mercadorias eram realizadas pelo seu valor de troca, correspondendo à sua quantidade de valor, teríamos que entrar em consideração com as relações entre «valor», «quantidade de valor», «valor de uso», «valor de troca» por um lado (a referência a estes diversos conceitos pressupõe que entre eles existem diferenças e relações embora não seja raro a sua identificação) e o «preço», por outro, problema extremamente complexo, numa fase incipiente de investigação, necessária e urgente, mas deslocada das nossas intenções.
- Os conceitos utilizados têm um significado preciso inextraível do senso comum:
- * É trabalhador produtivo todo aquele que se insere num trabalhador colectivo (cujo significado é variável historicamente e que tem que ser definido atendendo simultaneamente ao trabalho, aos objectivos do trabalho e aos meios de trabalho) que estabelece uma relação consciente com a natureza com vista à criação de valores de uso que lhe são exteriores, localizados no espaço e no tempo (A) e que em regime capitalista cria mais-valia (B). (Os dois termos da definição não são integralmente coincidentes: designando por X o conjunto definido pela característica X temos simbolicamente,

$$(A \cap B) \subset (A \cup B)$$

deixamos propositadamente de fora

$$I = (A \cup B) - (A \cap B)$$

campo complexo de análise deslocado do nosso objecto).

Veja-se sobre o assunto J. Nagels, «Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo», Vol. 2, ed. Prelo, podendo ser comparado com um artigo recente de posição teórica diferente, embora também marxista: «Marx: Sobre Trabalho Produtivo e Improdutivo», M. S. Palácios, Seara Nova 1596/1597 de 1978.

- * Designa-se por composição orgânica do Capital a «relação, em valor, entre o capital constante e o capital variável, pois a dita relação reflecte a composição técnica do capital — relação entre a massa de meios de produção utilizados nas empresas capitalistas e a massa da força de trabalho que põe em movimento os referidos meios» (Dicionário de Economia Política, Borisov-Zhamin e Makarova, ed. Pueblos Unidos, Uruguai).

⁽²⁰⁾ Muitas vezes por simplificação diz-se que a quantidade de valor corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria, mas esta expressão só é total-

— não existe nenhuma diferença de valor entre o valor criado pelo trabalho e o valor do trabalho, pelo que não existe lucro⁽²¹⁾, o que entra em contradição com a própria existência do capitalismo;

— a conciliação do «valor do trabalho» com a existência de lucro só seria possível por duas vias absurdas:

- * o capitalista compraria abaixo do valor e venderia acima do valor o que significaria dizer que na circulação se criava valor e a economia funcionaria na base de um roubo perpétuo, não obedecendo a qualquer lei de funcionamento⁽²²⁾;

mente verdadeira se considerarmos que a «produção» se refere ao momento presente e não ao momento em que as mercadorias foram produzidas. Assim, por exemplo, o valor duma mercadoria que está em stock desde 1977, considerando que mantém integralmente o seu valor de uso (social) é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção no momento presente e não em 1977.

Dispensamo-nos de frisar o significado do termo «socialmente».

Gostaríamos, contudo, de chamar a atenção que a definição apresentada é demasiado simplista porque:

«A mercadoria individual apresenta-se, e não só materialmente, como parte do produto total do capital, como parte aliquota do lote por ele produzidos... «como resultado do processo de produção não nos aparecem mercadorias isoladas, mas sim uma massa de mercadorias na qual se produziu o valor do capital adiantado + mais-valia — o sobretrabalho usurpado — e cada uma das quais é depositária do valor do capital e da mais-valia por ele produzida. Já não é preciso calcular o trabalho utilizado em cada mercadoria...» ... «Esse trabalho só vale enquanto parte aliquota do trabalho total que na mercadoria está incluído...» (Karl Marx, «Resultados do Processo de Produção Imediato», considerado Capítulo Inédito d'O Capital, ed. Escorpião, pág. 128).

(21) Mais rigorosamente, mais-valia.

(22) Não cabe no âmbito deste artigo fazer uma demonstração da superioridade científica da teoria do valor-trabalho, mas convém apresentar agora algumas referências ligeiras mostrando o absurdo da criação de valor na circulação.

Não resistimos a apresentar como introdução uma anedota citada por Arghiri Emmanuel na Troca Desigual (Vol. I da ed. Estampa, pág. 165/6, nota fim de página):

«Isaac e Levy são dois joalheiros instalados frente a frente na mesma rua. Um dia Isaac compra um colar de pedras finas por 10 dólares apenas. Vai-se gabar disso junto de Levy. Levy fica maravilhado. «Vende-me esse colar», suplica ele, «tinha justamente prometido um semelhante à minha mulher Rebeca, ela ficará encantada, aqui tens onze dólares». Isaac deixa-se convencer. Ao meio-dia conta o negócio à sua mulher Sara. «As dez horas da manhã», diz ele, «comprei um colar por dez dólares, às dez e cinco revendi-o a Levy por onze dólares. Ganhei um dólar em cinco minutos».

— Imbecil, diz-lhe Sara. Cois sempre nas mesmas... Se Levy te comprou esse colar por onze dólares, é porque viu que ele valia muito mais. Trata de o ir recuperar imediatamente.

De tarde Isaac vai ter com Levy. «Levy», diz ele, «se és meu amigo, revende-me esse colar. A Sara fez-me uma destas cenas... tens aqui doze dólares».

Levy aceita e à noite conta a Rebeca a sua aventura: «Esta manhã Isaac veio

vender-me um colar por onze dólares e esta tarde voltou a comprar-mo por doze. Ganhei um dólar sem me mexer do meu baicão».

— Imbecil, diz-lhe a Rebeca. Fazes sempre das mesmas. Mas se Isaac voltou a ter contigo para te comprar esse colar por mais um dólar do que to tinha vendido, é porque entretanto descobriu que ele valia muito mais. Vai recuperá-lo.

No dia seguinte de manhã Levy põe treze dólares em cima do baicão de Isaac e retoma o colar. No dia seguinte é a vez de Isaac por catorze dólares e assim de seguida.

Algumas semanas mais tarde, o colar está a vinte e quatro dólares e encontra-se em poder de Isaac. Levy chega e põe vinte e cinco dólares em cima da mesa.

— O colar, diz ele.

— Já não há colar responde Isaac. Ontem à noite antes de fechar, passou uma americana, ofereci-lho por trinta dólares, ela levou-o.

Levy fica desesperado.

— Vendes-te o nosso colar! Mas, desgraçado, com esse colar, sem grande pena, calmamente, ganhava-mos por dia um dólar cada um.

E tu vendeste-o! O nosso ganha pão!»

É a demonstração anedótica do ridículo, da tese da criação de valor na troca de mercadorias, susceptível de ser formalizada da seguinte forma:

- a) Na esfera da situação, trocam-se mercadorias $M_1 - M_2$
- b) Dada uma determinada divisão social do trabalho a que corresponde a existência de produtores independentes (e em capitalismo estes aspectos assumem a máxima maturidade) as mercadorias trocam-se contra moeda: $M_1 - D - M_2$
- c) Mas em capitalismo o dinheiro também é uma das formas do capital: capital-dinheiro que se valoriza: $D_1 - D_2$ para o capital de empréstimo; $D_1 - M_3 - D_2$ para as outras fracções do capital, nomeadamente para o capital comercial. Para o problema em análise é esta forma do movimento que é fundamental.
- d) Vamos admitir que as mercadorias têm um valor (de conteúdo a definir) e um valor de uso que exprime a sua utilidade concreta.
- e) A forma $D_1 - M_3 - D_2$ só tem significado se D_2 for maior que D_1 ($D_2 > D_1$) porque só isso justifica o próprio movimento do capital.
- f) Se o valor se identificasse com o valor de uso (valor = valor de uso), admitindo a possibilidade de quantificação, teríamos,

* atendendo a que $D_1 - M_3 - D_2$ se integra no movimento $M_1 - D - M_2$ e a moeda tem sempre o mesmo valor de uso, $D_1 = D_2$, o que nega o capital.

(Se integrassemos o valor da moeda nas teorias utilitaristas obteríamos ou a negociação da moeda ou $D_2 < D_1$, segundo a teoria do rendimento).

* considerando as razões individuais de troca, para o indivíduo A (comprador de M_3 e seu futuro vendedor) $D_1 \leq M_3$ e $M_3 \leq D_2$, para o indivíduo B (vendedor de M_3) $D_1 \geq M_3$ e para C (comprador de M_3 a A) $M_3 \geq D_2$.

Mas como a relação $D_1 - M_3 - D_2$ é utilizada para explicar um valor adicional macroeconómico, do conjunto da sociedade, temos que conjugar as variações de valor para todos os membros da sociedade:

$$\begin{aligned} D_1 &\leq M_3 & M_3 &\leq D_2 \\ D_1 &\geq M_3 & M_3 &\geq D_2 \end{aligned}$$

pelo que, ou $D_1 = D_2$ ou simultaneamente $D_1 > D_2$ e/ou $D_2 > D_1$.

No primeiro caso temos o absurdo anteriormente encontrado. No segundo, ou temos um absurdo lógico ou uma «lei» probabilística sem significado.

g) Admitamos que valor é diferente de utilidade (valor $\neq$ valor de uso) mas então na troca $D_1 - M_3$ teremos $D_1 = V$ e $M_3 = V$ e, portanto, $D_1 = M_3$ e, na troca $M_3 - D_2$, $M_3 = V$ e $D_2 = V$

* o capital coisifica-se nos meios de produção⁽²³⁾ e apesar de também eles serem o produto do trabalho humano e só poderem ser utilizados e transformados por ele, apareceriam como fonte autónoma de valor resultante do nada, transformação monetária de sentimentos do empresário (risco, abstinência presente, desutilidade do não-consumo individual, etc.).

Em síntese, o estabelecimento da diferença entre «força de trabalho» e «trabalho» e o reconhecimento de que só tem significado falar em valor da força de trabalho, é um aspecto fundamental para a própria existência da teoria do valor-trabalho, base de uma Economia Política científica⁽²⁴⁾.

Consideremos outras consequências, a título de exemplo, da não diferenciação entre os dois referidos conceitos:

— se o salário é a expressão monetária do «valor do trabalho» só tem significado aumentar o salário se aumentar o trabalho;

— se o salário é a expressão monetária do valor do trabalho todo o trabalho é pago e o lucro aparece segregado pelo capital. Mantendo-se o mesmo volume de capital deve-se manter o mesmo lucro (ou taxa de lucro?). Assim, dado o aumento de salários não acompanhado por um aumento de trabalho, temos um aumento de salário que não é determinado socialmente, pela estrutura global de preços, (variação exógena) e é inevitável o aumento de preços. Eis o esqueleto da apologética «espiral inflacionista salários-preços».⁽²⁵⁾

Os próprios exemplos revelam que a ambiguidade entre força de trabalho e trabalho tem raízes profundas: é uma forma de encobrir a exploração capitalista e, portanto, toda a sua utilização na teoria económica conduz a deduções favoráveis ao capital.

pelo que $M_3 = D_2$. Mas como $M_3 = V$ e $M_3 = V' \quad V = V'$ e $D_1 = D_2$ o que retoma a negação do movimento do capital.

h) Considerarmos $D_1 \rightarrow M_3 \rightarrow M_4 \rightarrow D_2$ só não reabsorve os absurdos anteriores se $M_3 = M_4$, mas isso exige que $M_3 \rightarrow M_4$ não seja do mesmo tipo que $D_1 \rightarrow M_3$ ($M_2 \rightarrow D_1 \rightarrow M_3$) o que só é possível pela interrupção da troca, o que significa a erupção da produção: $D_1 \rightarrow M_3 \dots P \dots M_4 \rightarrow D_2$ em que $M_3 < M_4$.

⁽²³⁾ Em termos rigorosos «Capital» é o valor que, por meio da exploração da força de trabalho do homem, proporciona mais-valia, aumenta «(Dicionário de Economia Política, ed. referida)». Isto é, o capital é uma relação social e não pode ser identificada a objectos. É esta identificação absolutizante entre capital e coisas materiais com desinserção do contexto social que designamos por «coisificação».

⁽²⁴⁾ Como dissemos na nota (22), dispensamo-nos de fazer a crítica interna e externa às teorias subjectivas do valor e mostrar a superioridade científica da teoria do valor-trabalho, assunto que nos afastaria imenso do nosso objecto de análise.

Contudo convém frisar que a opção pela teoria do valor trabalho é científica.

⁽²⁵⁾ Sobre este problema veja-se «Salários, Contratação Colectiva e Inflação» no n.º 1 desta revista. Veja-se em particular os dois primeiros parágrafos da pág. 145.

Não é teleologicamente que chegamos à conclusão da diferença entre força de trabalho e trabalho, mas é dessa forma que podemos concluir sobre a natureza de classe da ambiguidade.

1.4. Por tudo o que foi referido pensamos escusado insistir na importância de procedermos a um estudo analítico das duas categorias e das relações existentes entre si (de complementariedade e contradição), instrumento de outros estudos económicos e de clarificação do processo de contratação colectiva, nosso escopo fundamental: conduzirá, inevitavelmente, a uma melhor compreensão dos comportamentos em presença, permitirá elucidar do significado profundo das atitudes políticas e constituirá um quadro de referência para apreciação da validade dos diversos argumentos. Poderá, igualmente, contribuir para a definição de uma metodologia de abordagem do tema salário mais consentânea com o movimento social e a lógica.

Explicitamos a ambiguidade porque esta não interessa ao desenvolvimento científico e aos trabalhadores, porque a inteligibilidade das situações permite a definição clara de rumos de actuação, de princípios de orientação.

Contudo, não podemos deixar de salientar que nada acrescentamos de novo ao que Marx e Engels afirmaram sobre o problema há mais de cem anos⁽²⁶⁾. Por outras palavras, a necessidade deste artigo é imposta pela miopia da economia vulgar, pela segregação da sua ideologia mistificadora:

«É insensato recusarmos a aprender com as ideias de um economista com cuja ideologia não concordamos. É igualmente insensato confiar nas teorias de alguém cuja ideologia aprovamos.»⁽²⁷⁾

...

«Se Marx tivesse sido estudado como um economista sério, em vez de ser tratado por um lado como um oráculo infalível e por outro como um alvo de sarcasmo barato, ter-nos-ia poupado muito tempo.»⁽²⁸⁾

2. RELAÇÕES ENTRE FORÇA DE TRABALHO E TRABALHO

2.1. Sintetizando alguns dos aspectos abordados anteriormente, podemos dizer que existem duas ordens de razões, de níveis diferentes, que exigem que se estabeleça uma distinção entre força de trabalho e trabalho:

⁽²⁶⁾ Para o estudo do problema presente tem particular relevância as seguintes obras de K. Marx:

«O CAPITAL»
«SALÁRIO, PREÇO E LUCRO»
«TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL»
«CRÍTICA DO PROGRAMA DE GÖTTA»
«RESULTADOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO IMEDIATO»

⁽²⁷⁾ JOAN ROBINSON, capítulo 7 do livro «Contributions to Modern Economics» editado em português, pela revista Praxis com o título «Marx, Marshall, Keynes — três concepções de Capitalismo» pág. 13.

⁽²⁸⁾ Idem, pág. 8.

A) A observação cuidadosa dos próprios fenómenos sociais actuais, tal como se manifestam na sociedade capitalista, impõem uma revisão da terminologia usualmente utilizada e dos conceitos divulgados.

Comecemos por analisar o «mercado de trabalho». O facto de o trabalho executado por um determinado trabalhador numa empresa apresentar uma continuidade ao longo de meses e anos, a pouca transparência do mercado, a intervenção organizada nele por parte dos trabalhadores e das entidades patronais, e muitos outros aspectos que conferem à relação trabalhador/capitalista uma formalização complexa, dificultam a clarificação do objecto de estudo.

Tomemos, contudo, uma situação típica em que a relação trabalhador/capitalista aparece cristalina:

«Numa fila que tomava a berma da rua, voltados para o Arneiro, os homens esperavam que os viessem alugar. Conversavam alguns, outros entretinham-se a puxar fumaças dos cigarros, estremunhados ainda, por tão cedo madrugar. Defronte deles, a uma esquina, um grupo de patrões falava, combinando jornas.

...

Separaram-se. Manuel Caixinha percebeu porque o velho se despediu e encaminhou-se para junto dos mais novos. Reparou, então, que se reuniam por idades, talvez sem intenção de se dividirem. Ele foi acolhido com abraços e galhofas. Ti Caetano chegou ao meio dos velhos, deu os bons-dias e não houve sorrisos.

...

Chegavam mais homens para a praça, acamaradando em grupos. Manuel Caixinha reparou que os de Marvila não vinham para junto dos da Baralha, deixando-se ficar à esquina, no outro extremo da praça. Os patrões não se resolviam. Inquietos, os homens olhavam para eles, querendo adivinhar-lhes as intenções.

...

A roda dos patrões abriu-se e puseram-se em fila, a olhar para os homens. Mal o perceberam, todos se mostraram o melhor que podiam, levantando o peito e procurando avantajar-se aos do lado, para que os levassem primeiro. Falavam ainda, em diálogos curtos, mas os seus olhos andavam inquietos, a quererem lembrar aos amos os trabalhos prestados noutras fainas. Para alguns, já ali não havia companheiros, senão inimigos que se defrontavam numa luta surda de melhores braços. A praça estava cheia de homens e os patrões eram poucos, sinal de que a jorna ia sair baixa e muitos tinham de passar o dia nas tabernas a esquecer a vida.

...

Quando chegou o abegão do Honorato, os homens sentiram que o destino estava nas suas mãos. Ele também fizera parte daquela fila e dali saíra alugado para tarefas do campo. Depois destaca-se, aos poucos, a forçar os companheiros, e gente daquela nunca os patrões deixam esquecida. Mais decidido que nenhum abegão, fez sinal para um homem.

— Vem tu!

Logo o outro avançou, sorridente e empertigado, porque aquilo era distinção que poucos mereciam.

— Trabalho de gadanha.

— Quanto, seu Francisco?

— Isso vê-se depois. O que os outros pagaram também eu pago.

Era a mesma palavra de sempre, quando na praça havia muito povo. Eles queriam dizer alguma coisa, mas já muitos tinham ficado marcados por exigirem preço e os patrões combinaram-se para lhes fazerem sentir que homem alugado só recebe ordens.

Aquele ficou e vieram mais cinco para junto dele, escolhidos entre os homens famosos no manejo da gadanha.» (de «A Fanga» — Alves Redol)

Que verificámos? A confirmação do afirmado: o que é transaccionado no mercado, vendido pelo trabalhador e comprado pelo capitalista, é a capacidade de trabalho futura, é a força de trabalho que é uma mercadoria. É certo que o trabalhador não recebe naquele momento a quantidade de dinheiro correspondente, mas isso não invalida a natureza da transacção económica. Em relação a qualquer mercadoria, podemos ter um desfaseamento temporal entre o acto de compra e o acto de pagamento. Trata-se de uma venda a prazo, o que significa que o capitalista é devedor e o trabalhador credor, (embora seja um crédito que não renda um juro, não por razões estritamente económicas, mas devido à correlação de forças favorável ao capital).

Para que tenhamos trabalho é necessário que se actualize a capacidade de trabalho adquirido, pondo-a em relação com o objecto do acto (objecto de trabalho — terra, plantações, no caso presente, matérias-primas de uma forma genérica). É a força de trabalho que tem um preço e é absurdo falar de «preço do trabalho». ⁽²⁹⁾

⁽²⁹⁾ Falamos, aqui, em preço da força de trabalho e não em valor da força de trabalho porque estamos ao nível da observação dos fenómenos tal como se manifestam.

Mas, retomemos um outro tipo de interpretação do fenómeno descrito, bem mais subtil que a grosseira identificação entre as duas categorias, e que foi referida na citação do economista americano Samuelson: o capitalista não vai ao mercado comprar uma mercadoria mas apenas arranjar quem lhe preste um serviço na sua empresa e o que ele paga não é a capacidade de trabalho do trabalhador mas o serviço que este presta. O pagamento posterior à execução do trabalho parece conferir credibilidade a este tipo de interpretação.

Começemos por clarificar o que se entende por serviço — «tanto mais difícil... quanto este termo pode designar realidades muito diferentes»⁽³⁰⁾ — para não estarmos a generalizá-lo abusivamente.

É generalizado contrapor o serviço à materialidade:

— «Os meios materiais e as prestações de serviços que se fornecem directa ou indirectamente à realização das finalidades humanas (satisfação de necessidades e desejos humanos) são denominados bens.»⁽³¹⁾

— «Ao considerarmos a satisfação das nossas necessidades, imediatamente pensamos nos bens materiais, que nos oferecem uma utilidade directa ou indirecta «...». Devemos, no entanto, observar que nem sempre a satisfação de uma necessidade exige a utilização de uma coisa concreta. Por vezes um acto do homem...»⁽³²⁾

— «O homem pode, de facto, satisfazer as suas necessidades de três maneiras:

1. Pela simples destruição de um bem (o consumo dos bens);
2. Pelo simples trabalho de outrem (o serviço puro: o serviço doméstico, por exemplo (?));
3. Pela utilização combinada de um bem e de um trabalho (serviço misto).»⁽³³⁾

Podemos, pois, dizer que um serviço é uma mercadoria em que «o produto não é separável do acto de produção»⁽³⁴⁾, assumindo a forma de relação do homem com a natureza no caso dos serviços materiais — ex. transporte de mercadorias, estocagem — e a de uma relação entre homens, nos restantes.

Adquirir uma mercadoria que seja um serviço é obter o resultado de um acto humano, de um processo de trabalho. Como toda a mercadoria, o serviço

⁽³⁰⁾ ALAIN COTTA — Dicionário de Economia, ed. D. Quixote, em «serviço».

⁽³¹⁾ E. SCHNEIDER, ob. cit., vol. I, pág. 17.

⁽³²⁾ B. NOGARO, ob. cit., vol. III, pág. 28.

⁽³³⁾ A. COTTA, ob. cit., pág. 381.

⁽³⁴⁾ K. MARX, Resultados do Processo de Produção Imediato, ed. cit., pág. 103.

é valor de uso para o comprador, mas a sua realização, o seu consumo, processa-se no próprio momento da sua aquisição. A sua «imaterialidade» impossibilita a separação temporal entre a realização do valor e a realização do valor de uso.

Assim sendo, verificamos que a relação que se estabelece entre o trabalhador e o capitalista difere de uma transacção de serviço porque o capitalista não está apenas interessado no resultado do acto humano — o que pressuporia que lhe seria indiferente as condições de execução, o tempo necessário à produção, etc. — mas no próprio acto humano que é organizado e dirigido pelo capitalista, sob o domínio do capital. Se ele apenas adquirisse um serviço produzido pelo trabalhador não teria significado que o tempo de trabalho necessário à sua prossecução fosse a sua preocupação fundamental⁽³⁵⁾.

Por outro lado, na troca de um serviço temos um processo $M_1 - D$ (Mercadoria — Dinheiro) em que a mercadoria tem valor para o seu vendedor (A) e valor de uso para o seu comprador (B). Contudo, isso não se verificaria se se encarasse o processo de trabalho como uma prestação de um serviço pelo trabalhador porque o capitalista visa ter, simultaneamente valor de uso do «serviço» e valor das mercadorias produzidas pelo serviço. O trabalhador venderia o «serviço» e o capitalista «pagaria o serviço» e apropriar-se-ia gratuitamente — «produto» da propriedade dos meios de produção pelo capital — das mercadorias produzidas pelo trabalhador. Não teríamos $M_1 - D$ porque:

M_1 é valor para A — M_1 é valor de uso para B, mas teríamos M_1 — porque:

M_1 é valor para A — $\begin{cases} M_1 \text{ é valor de uso para B} \\ M_2 \text{ é valor para B} \end{cases}$

sendo M_2 as mercadorias produzidas pelo «serviço M_1 » separável materialmente do próprio acto humano que lhe deu origem⁽³⁶⁾.

O operário não tem como fim trabalhar na produção de um artigo determinado, para ele sendo indiferente o tipo de artigo a produzir.

De facto, o trabalhador não possui nenhum capital individual que dê lugar a um salário por segregação celestial.

Note-se finalmente, para localizarmos historicamente o objecto de análise que

«Antigamente o homem do campo não era livre de dispôr da sua força de trabalho: era escravo ou servo da gleba e, como tal, todo

⁽³⁵⁾ Estes aspectos mantêm-se integralmente mesmo quando a forma de remuneração é à peça.

⁽³⁶⁾ Uma outra forma de abordar o problema, já a um nível mais abstracto seria o de distinguir a relação «Trabalho/Capital» da relação «Trabalho/Rendimento», caminho que não enceteremos por exigir um profundo estudo da problemática do trabalho produtivo e improdutivo. Sugerimos como bibliografia para o tema:

K. MARX — Resultados do Processo de Produção Imediato, ed. citada;

J. NAGELS — Trabalho Colectivo e Trabalho Produtivo, ed. citada.

ele considerado uma ferramenta ou simples objecto de uso, que o senhor podia vender ou trocar ou, quando escravo, destruir. Os antigos romanos dividiam mesmo as forças de produção em 3 categorias: os meios de trabalho mudos (os objectos), e os meios de trabalho semimudos (o gado) e os meios de trabalho falantes (os escravos). Ao passo que, modernamente, dentro da forma capitalista, o que constitui a mercadoria é a força de trabalho do homem e não o próprio homem. Este, até certo ponto, é livre de escolher ou mudar de patrão ou ofício...⁽³⁷⁾

B) A lei do valor — «lei económica da produção mercantil, lei da troca equivalente de mercadorias de forma que a produção e a troca das mesmas efectuam-se segundo a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas incorporadas»⁽³⁸⁾ — exige a distinção entre:

— força de trabalho, mercadoria do trabalhador vendida por este e comprada pelo capitalista assumindo a natureza de capital, capital variável.

— trabalho, consumo da força de trabalho, sob domínio do capital, no processo de produção de mercadorias que são capital para o capitalista de valor independente do valor da força de trabalho, mas expresso pela quantidade de trabalho socialmente necessária nele incorporado.

A abordagem sobre esta óptica foi feita no ponto 1.3. e pensamos ser desnecessário voltar a insistir nela: negar a separação entre força de trabalho e trabalho ou é negar a lei do valor («o capitalista compraria abaixo do valor e venderia acima do valor») ou é negar o capitalismo («não existiria lucro»).

2.2. Assente a necessidade imperiosa de distinguir entre os dois conceitos «força de trabalho» e «trabalho» passaremos seguidamente à análise separada de cada uma dessas categorias pela ordem em que surgem em capitalismo (que é a referida anteriormente) para num ponto final estudar as relações existentes entre elas.

Procederemos em cada um dos pontos a uma análise dualista, isto é, abordaremos as categorias em estudo na óptica do valor de uso e na óptica do valor. Esta metodologia resulta da dualidade da mercadoria e só ela permite inserir o modo de produção capitalista — e as categorias que o caracterizam ou o integram — na produção mercantil.⁽³⁹⁾

No tema em estudo, esta metodologia é particularmente pertinente: a força de trabalho é inseparável do homem, o trabalho é humano e o homem é simultaneamente parte integrante da natureza — o trabalho é uma força natural —

⁽³⁷⁾ SOEIRO PEREIRA GOMES, Praça de Jorna, ponto 1.

⁽³⁸⁾ Dicionário de Economia Política, ed. citada.

⁽³⁹⁾ Estes aspectos metodológicos são matéria polémica, mas de importância central. Aceitamos integralmente o afirmado sobre o assunto por J. Nagels na obra referida (ponto 5 do parágrafo A da Introdução).

e sua transformação (que inclui a auto-transformação) com vista à obtenção de valores de uso, transformação indissociável do ser social que é⁽⁴⁰⁾.

2.3. Numa primeira abordagem, podemos dizer que «por força de trabalho ou capacidade de trabalho deve entender-se o conjunto das faculdades físicas e intelectuais existentes no corpo de um homem, na sua personalidade viva, e que ele tem de pôr em movimento para produzir coisas úteis».⁽⁴¹⁾

Desta sumária caracterização podemos rapidamente concluir que a força de trabalho é inseparável do homem, constitui aspecto essencial da sua própria existência. Contudo essa permanente existência não lhe confere qualquer caracterização natural ou imutabilidade. A força de trabalho é essencialmente um produto social como o é o homem: as faculdades físicas e intelectuais (indissociáveis) vão-se metamorfoseando pelo desenvolvimento filogenético do homem pelo tipo de relações que este estabelece com a natureza, com o desenvolvimento das forças produtivas — que vão impondo adaptações às faculdades físicas e exigindo determinado tipo de capacidades intelectuais — mas também pela divisão social do trabalho — que diversifica e torna específicas as referidas capacidades — pelas relações de propriedade, pela experiência acumulada de organização do trabalho, pela cultura, pela educação, etc.

«A força de trabalho é a condição fundamental da produção em toda a sociedade»⁽⁴²⁾ mas não tem significado falar nela em relação a todos aqueles que não exercem um trabalho, pois o que lhe dá existência é ser uma potencialidade de trabalho futuro com realização: «que ele tem de pôr em movimento para produzir coisas úteis». Em toda a sociedade com classes sociais, a força de trabalho tende a polarizar-se em algumas delas que passam a ser a condição fundamental da sobrevivência da própria sociedade.

Contudo, outra condição é necessária, como referimos para que a força de trabalho existente se autonomize como categoria própria e assuma por si mesma uma relevância social: que se separe do próprio homem. Por exemplo, o escravo tem força de trabalho mas na medida em que não pode haver um movimento isolado dela — é o escravo que é comprado ou vendido, que «nasce», desenvolve-se e desaparece — não chega a constituir uma categoria social. A sua autonomização resulta do seu possuidor ter liberdade pessoal para tran-

⁽⁴⁰⁾ MERANI, no livro «A Conquista da Razão», pág. 6 refere sugestivamente:

— «O género homo desenvolveu a mão, cérebro e linguagem; sobre esta tríade assenta a característica sapiens e ela inclui o biológico e o social em interacção que se resolve no psíquico.» (Citado por Armando Castro, Teoria do Conhecimento Científico, Vol. I, pág. 203, nota do fim de página).

⁽⁴¹⁾ K. MARX, Le Capital, ed. Sociales, Vol. I, pág. 170, ed. Portuguesa, ed. Centelha, pág. 274.

⁽⁴²⁾ Dicionário de Economia Política, ed. cit., pág. 96.

saccioná-la e tal facto só se verifica em capitalismo, encontrando-se os primórdios históricos dessa mutação na chamada acumulação primitiva do capital⁽⁴³⁾.

Mas esta liberdade individual conjugada com a separação da propriedade da força de trabalho e dos meios de produção significaria a negação daquela se não se verificasse outra condição cumulativa: o trabalhador só possui a mercadoria força de trabalho e necessita de vendê-la para obter os seus meios de subsistência, venda que é feita por um tempo determinado.

É em capitalismo que a força de trabalho se autonomiza e se socializa e é esse facto que dá especificidade àquele:

«O que caracteriza a época capitalista é, pois, o facto de a força de trabalho adquirir para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, e o seu trabalho, por isso, a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir deste momento é que a forma mercadoria dos produtos se torna a forma social dominante.»⁽⁴⁴⁾

Mantém-se nessa situação no período de transição ao socialismo e com a construção do socialismo dessocializa-se, (deixa de ser mercadoria) e despolariza-se (é de todos os membros da sociedade). Quando a palavra de ordem: «direito ao trabalho para todos» não for uma mera formulação jurídica mas constituir uma realidade social, a força de trabalho deixou de ser uma mercadoria. Enquanto esta o fôr aquela afirmação ou é bandeira de luta ou mero cinismo da classe dominante.

Se considerarmos num determinado momento a força de trabalho dos diversos trabalhadores temos um vasto xadrez de matizes imposto pela divisão social do trabalho e pelas aptidões individuais (também um produto social) em que os aspectos qualitativos sobressaem.

É possível estabelecer uma hierarquização de graus de complexidade da força de trabalho, embora tenha pontos de ruptura que evite uma hierarquização

⁽⁴³⁾ Designa-se por acumulação primitiva do capital «O processo histórico que precedeu a formação da grande produção capitalista e separou o produtor dos meios de produção. A acumulação primitiva do capital foi acompanhada:

1) da ruína em massa dos produtores de mercadorias (essencialmente camponeses) e a sua transformação em indivíduos sem recursos, juridicamente livres, necessitando de meios de subsistência e, por isso, obrigados a vender a sua força de trabalho aos capitalistas;

2) da acumulação de riquezas monetárias nas mãos de determinadas pessoas ricas necessárias à montagem de empresas (Dicionário..., ob. cit.).

⁽⁴⁴⁾ K. MARX, *Le Capital*, ed. francesa citada, Vol. I, nota da pág. 173.

total⁽⁴⁵⁾. É possível falar em força de trabalho simples para a(s) unidade(s) elementar(es) mas não é possível falar em força de trabalho média, a não ser unilateralmente (aspecto quantitativo).

A força de trabalho tem que reproduzir-se o que se processa com a reprodução dos trabalhadores e com a reprodução das relações sociais de produção.

Em síntese, a força de trabalho sempre existiu, mas só se autonomizou e se socializou⁽⁴⁶⁾ em capitalismo: só é valor de uso porque é valor, apesar de ser valor porque também é valor de uso.

A força de trabalho só se tornou mercadoria porque as forças produtivas adquiriram um desenvolvimento que permite que o seu consumo crie um valor superior ao seu próprio valor — condição para existir comprador — e num determinado grau de divisão social do trabalho a que se liga a produção para o mercado⁽⁴⁷⁾.

A força de trabalho como valor de uso caracteriza-se pela sua individualidade, pelas suas aptidões concretas incomensuráveis antes da ida ao mercado, pela sua incomparabilidade global, mas como valor caracteriza-se pela sua globalidade — a quantidade de valor é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessária à sua reprodução — quantificável e comparável — cada força de trabalho é uma parte da massa global de força de trabalho existente num determinado quadro geográfico-social. Contudo, essa massa global é parcialmente fragmentada pelas diferentes condições de reprodução de forças de trabalho:

«Mas eu também queria aproveitar a ocasião para constatar que os custos de produção das forças de trabalho de qualidades dife-

⁽⁴⁵⁾ Precisemos o afirmado.

Se considerarmos as forças de trabalho $A_1, A_2, A_3, \dots, A_n$ e verificarmos que em A_1 existem as características $r_1^1, r_1^2, r_1^3, \dots, r_1^n$, em A_2 as características $r_2^1, r_2^2, r_2^3, \dots, r_2^n$ e assim sucessivamente e tivermos $\forall i, j, r_j^i > r_i^{j-1}$ podemos estabelecer uma hierarquização:

$A_1 < A_2 < A_3 < \dots < A_n$

Contudo se $\forall j, r_j^i > r_i^{j-1}$ para $i = 1, 2, 3, \dots$ e $r_i^j < r_i^{j-1}$ para $i = t+1, t+2, \dots, n$, já não é possível hierarquizar porque não é possível obter médias, dado o aspecto qualitativo dos parâmetros r_i^j e das relações estabelecidas. O mesmo acontece se A_j é caracterizado por $r_1^j, r_2^j, \dots, r_g^j, \dots, r_n^j$ e B_j é caracterizado por $r_g^j, r_{g+1}^j, \dots, r_n^j, r_{n+1}^j, \dots, r_{n+t}^j$ e não é possível para B_j fazer $r_{n+1}^j = \text{nulo}, \dots, r_{n+t}^j = \text{nulo}$ e para A_j fazer $r_1^j = \text{nulo}, r_2^j = \text{nulo}, \dots, r_{g-1}^j = \text{nulo}$.

⁽⁴⁶⁾ Convém chamar a atenção que aqui e noutras partes do texto o termo «socializar» significa «assumir um carácter social». Na medida em que incidimos a nossa análise sobre o capitalismo esta socialização da força do trabalho, assim como de toda e qualquer mercadoria, entra em contradição com a propriedade privada dos meios de produção.

⁽⁴⁷⁾ Para se verificar minuciosamente e de forma aprofundada e completa o processo de transição para as relações sociais de produção capitalista veja-se «Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia», LENINE, ob. Completas, ed. francesa n.º 3.

rentes diferem, exactamente da mesma forma que os valores das forças de trabalho empregues nas diversas industrias. A reivindicação de **igualdade de salários** baseia-se, por conseguinte, num erro, num desejo insensato que nunca será satisfeito. Tem a sua origem no radicalismo falso e superficial que aceita as premissas e procura esconder as conclusões. Em regime de assalariagem o valor da força de trabalho é determinado como o de todas as outras mercadorias. E como os diferentes tipos de trabalho têm valores diferentes, isto é, necessitam para a sua produção quantidades de trabalho diferentes, eles têm que ter necessariamente preços diferentes no mercado de trabalho. Reclamar uma **remuneração igual ou mesmo equitativa** em regime de assalariagem, equivale a reclamar a **liberdade** em regime de escravatura. O que considereis como justo e equitativo não entra, pois, em linha de conta. A questão que se põe é a seguinte: o que é que é necessário e inevitável num dado sistema de produção?»⁽⁴⁸⁾

Embora voltemos à problemática do valor da força de trabalho queríamos apenas insistir num último ponto: uma força de trabalho individual vai-se integrando em segmentos diferentes da massa global à medida que se registam mudanças qualitativas a que corresponde, portanto, alterações na quantidade de valor, e o próprio processo de trabalho cria mudanças qualitativas na força de trabalho (fenómeno individual, no caso em análise, e social como referimos anteriormente).⁽⁴⁹⁾

Em síntese, a força de trabalho em capitalismo é uma mercadoria. Troca-se contra moeda⁽⁵⁰⁾.

Trabalhador e capitalista relacionam-se no mercado de força de trabalho como proprietários — o primeiro da força de trabalho, o segundo de moeda (capital-dinheiro) — dispondo cada um livremente da sua mercadoria, num plano formal⁽⁵¹⁾, e sob a aparência de uma relação de igualdade⁽⁵²⁾ — numa análise

⁽⁴⁸⁾ KARL MARX, «Salaire, Prix et Profit», ed. Sociales, 1969, pág. 46.

⁽⁴⁹⁾ As promoções de trabalhadores, os aumentos salariais em função do tempo de serviço e sobretudo das aptidões reveladas, as diuturnidades, são o resultado das leis objectivas — lei do valor — e não benesses do capital.

⁽⁵⁰⁾ Embora não seja um tema directamente relacionado com a problemática em estudo, refira-se que a moeda só assume integralmente a natureza do equivalente geral, pela sua função de medida de valor, a partir do momento em que a força de trabalho passa a ser mercadoria porque só então se garante a existência de um trabalho abstracto social e a troca das mercadorias com base exclusiva de troca.

⁽⁵¹⁾ É certo que o trabalhador em capitalismo, é livre, isto é, pode dispôr de si mesmo, mas esta capacidade de escolha é à partida limitada: a liberdade não existe para o opção «vender»/«não vender» a força de trabalho e existe apenas para a opção de a quem vender, também esta limitada.

É uma liberdade formal, expressão da liberdade do capital e que se opõe à liberdade das classes trabalhadoras: é impossível o povo ser totalmente livre sem que o seja nos campos político-económico, ideológico no seu conjunto; a liberdade é indivisível.

em termos de valor «entram em relação um com o outro como possuidores de mercadoria e trocam equivalente contra equivalente»⁽⁵³⁾. Isto significa que «o operário «proprietário» da sua força de trabalho é responsável pela manutenção desta e que em princípio é ele e não o capitalista que tem o encargo de reproduzi-la»⁽⁵⁴⁾.

2.4. «O trabalho é, antes de mais um acto que se processa entre o homem e a natureza»⁽⁵⁵⁾. Esta caracterização genérica surge com grande aceitabilidade em todos os economistas, como se pode vislumbrar pelas citações apresentadas no início deste artigo e, constitui, sem dúvida nenhuma, um bom ponto de partida da sua análise, desde que não percamos de vista um aspecto: a actividade pessoal do homem ou o trabalho propriamente dito como categoria económica só é integralmente perceptível como elemento do «**processo de trabalho** — quer seja individual ou colectivo, quer se verifique no quadro das relações de produção feudais ou capitalistas»⁽⁵⁶⁾ — de que também fazem parte o objecto sobre o qual o trabalho incide e o meio através do qual o homem age.

Convém igualmente ter em atenção que «o termo «natureza» deve ser considerado de uma forma muito ampla». De facto, no início de todo o processo de trabalho temos uma relação do homem com a natureza mas «hoje a maior parte dos objectos de trabalho são da natureza desnaturalada, da natureza já impregnada de trabalho humano anterior»⁽⁵⁷⁾.

O trabalho é, pois, um acto de transformação que tem à partida quatro elementos constitutivos:

- uma componente subjectiva e consciente: o projecto do homem;
- uma componente «acto»: o acto de transformar a natureza;
- uma componente ligada ao resultado: criar um valor de uso particular que possa satisfazer as necessidades do homem;

⁽⁵²⁾ O equilíbrio do mercado aparece à partida deslocado. Em cada momento a procura e oferta da força de trabalho no mercado, depende do número de desempregados e dos postos de trabalho criados. Estes são determinados pelo capital e aquele também: a produção crescente de uma sobrepopulação relativa e dum exército industrial de reserva é uma expressão da acumulação capitalista.

⁽⁵³⁾ KARL MARX, *Le Capital*, ed. cit., vol. I, pág. 179.

⁽⁵⁴⁾ SUZANNE DE BRUNHOFF, *État et Capital*, ed. Maspero — Presses Universitaires de Grenoble, pág. 10.

⁽⁵⁵⁾ KARL MARX, *Le Capital*, livro I, secção 3, cap. VII, ed. Sociales, T. I, pág. 186.

⁽⁵⁶⁾ J. NAGELS, *Travail Collectif et Travail Productif*, ed. Université de Bruxelles, pág. 68. Esta obra é extremamente importante na análise do processo de trabalho e na caracterização do trabalho.

⁽⁵⁷⁾ *Idem*, pág. 69.

— uma componente ligada à qualidade das capacidades utilizadas: o homem, pelo trabalho modifica a sua própria natureza e desenvolve a força de trabalho.

Todos estes elementos têm que ser considerados em todo o trabalho, apesar da sua complexidade⁽⁵⁸⁾

Esta caracterização do trabalho confirma rigorosamente o frequentemente afirmado neste artigo, numa formulação mais simples: aquele é a realização do valor de uso (consumo) da força de trabalho. Contribui, também, para aprofundar a própria definição desta.

Tal como a força de trabalho, o trabalho sempre existiu: sem ele as sociedades não poderiam existir e o homem não se teria diferenciado do reino animal, mas a sua autonomização é prévia, assim como a sua socialização: esta processa-se pela socialização das mercadorias em que se encontra incorporado, inerente à produção mercantil, prévia ao capitalismo, mas que só assume toda a maturidade em capitalismo⁽⁵⁹⁾.

A socialização do trabalho é a socialização das mercadorias, porque o valor destas é a cristalização de trabalho abstracto⁽⁶⁰⁾. A não troca de uma mercadoria anula-a como tal (não é valor de uso) e impede a socialização do trabalho individual nela incorporado.

O trabalho humano cria valor e não tem qualquer relação com a quantidade de valor da força de trabalho⁽⁶¹⁾. No grau de desenvolvimento das

⁽⁵⁸⁾ O que normalmente é considerado sob o termo «Definição de Categorias» é uma tentativa de especificação dos elementos constitutivos do trabalho, como via indirecta, e não explicitada, de caracterização da força de trabalho que deve ser consumida. Contudo não consegue englobar todos os elementos constitutivos, nomeadamente a componente subjectiva.

⁽⁵⁹⁾ A afirmação que a produção mercantil assume toda a maturidade em capitalismo pressupõe que o socialismo representa uma ruptura com a produção mercantil — matéria controvertida — na medida em que a força de trabalho deixa de ser uma mercadoria e em que falar em «produtores independentes» assume um significado restrito.

⁽⁶⁰⁾ Convém precisar o conceito de trabalho abstracto e distingui-lo do trabalho concreto. Para produzir uma mercadoria há realização de um trabalho que tem uma dupla característica:

1) reflecte um conjunto de aptidões particulares da força de trabalho que é consumida em determinado contexto do processo de trabalho;

2) independentemente das particularidades é um dispêndio de força humana em geral, é um certo «gasto da força simples que todo o homem comum, sem desenvolvimento especial, possui no seu organismo». K. MARX, *Le Capital*, ed. cit. Vol. I - 59 (recorde-se o afirmado na nota 45).

Como se compreende também esta dupla natureza do trabalho humano é indecomponível mas também é contraditória: enquanto específico (concreto) opõe-se aos restantes, mas funde-se com estes enquanto geral (abstracto).

Só a mercantilização da força de trabalho permite a determinação social da «força simples» mas aquilo não é trabalho abstracto.

⁽⁶¹⁾ Este aspecto é fundamental para a análise de todos os fenómenos económicos. O capitalismo é uma fase, a mais desenvolvida, da produção mercantil e portanto a manifestação da lei

forças produtivas em capitalismo a quantidade de valor criado no processo de consumo produtivo da força de trabalho é superior ao próprio valor desta.

2.5. Caracterizadas ambas as categorias, resta-nos ver quais são as suas relações como categorias sociais.

A ordem temporal de manifestação do seu carácter social em capitalismo é inversa à do seu aparecimento histórico e é daquela que nos ocuparemos.

Pensamos que de tudo o afirmado até agora, fácil é concluir que existem dois momentos distintos na relação entre o capital e o trabalho:

1) Num primeiro momento a relação é estabelecida na esfera da circulação: o capitalista dispende de capital-dinheiro, compra a mercadoria força de trabalho ao trabalhador. A força de trabalho é não valor de uso para o trabalhador na medida em que não possui os objectos de trabalho que a permitam accionar mas é valor porque lhe permite a obtenção de uma determinada massa monetária indispensável à aquisição posterior dos meios de consumo. A força de trabalho é valor de uso para o capitalista porque é proprietário dos restantes elementos do processo de trabalho e pode accioná-la criando valor novo.

Para o trabalhador: $M \rightarrow D$

Para o capitalista: $D \rightarrow M$ (FT)

2) Num segundo momento a mercadoria força de trabalho é consumida. Os capitalistas que a adquiriram utilizam o seu valor de uso, iniciam o processo de trabalho, parte integrante do processo de produção⁽⁶²⁾.

A força de trabalho é capital variável e, conjuntamente com o capital constante, integra o capital produtivo⁽⁶³⁾.

do valor em capitalismo, que implica a consideração dos preços de produção, não se pode opor à lei do valor em produção mercantil simples (forma comum).

A inclusão do preço de produção da força de trabalho no preço de produção das restantes mercadorias não reflecte a negação do valor para a massa global das mercadorias mas exprime a sua repartição sectorial numa dinâmica concorrencial.

É certo que existe também um efeito dos preços de produção sobre o valor mas apenas como expressão da contradição entre o capital individual e o capital social. (A propósito desta problemática é bastante elucidativa a obra de K. MARX «Resultados do processo de produção imediato», a que já fizemos referência, cap. III — «As Mercadorias como Produto do Capital»).

⁽⁶²⁾ O tempo de trabalho pode não coincidir com o tempo de produção — recorde-se, por exemplo, da produção agrícola — mas não há processo de produção sem processo de trabalho.

⁽⁶³⁾ Neste momento o valor da força de trabalho é, para o capitalista, capital, mas antes do 1.º momento o valor da força de trabalho não o era. Foi a relação do trabalhador com o capitalista que «criou» o capital.

É um absurdo falar de «Capital Humano» que coloca a noção de capital despejada de conteúdo e dá ao trabalhador o epíteto de capitalista.

Neste segundo momento a relação é estabelecida na esfera da produção, no seio do movimento do capital (...P...M')⁽⁶⁴⁾, do movimento de criação de um valor novo que se vai adicionar ao anteriormente existente.

A realização do valor da força de trabalho é prévia à realização do seu valor de uso, a força de trabalho é, em capitalismo, prévia ao trabalho.

Analisemos agora mais em pormenor a posição da força de trabalho e do trabalho no ciclo do capital. Se considerarmos este sob a forma do ciclo do capital-dinheiro.

$$D - M \left\{ \begin{array}{l} M_p \text{ (CC)} \\ F_t \text{ (CV)} \end{array} \right. \dots P \dots M' (=M+m) - D' (=D+d)$$

em que o capital-dinheiro é utilizado para adquirir mercadorias — meios de produção, que em termos de valor constituem o capital constante, e força de trabalho que em termos de valor constitui o capital variável — que entram no processo de produção de capital-mercadorias com um valor superior (m) e que na esfera da circulação se metamorfosia em capital-dinheiro, verificamos no próprio processo do movimento do capital individual os dois momentos atrás referidos. Contudo o ciclo é contínuo e o movimento do capital social não é a mera sobreposição do movimento dos capitais individuais, pelo que estes podem ser apresentados sob a forma do movimento do capital produtivo

$$P \dots M' (=M+m) - D' (=D+d) \left\{ \begin{array}{l} D - M \left\{ \begin{array}{l} M_p \text{ (CC)} \\ F_t \text{ (CV)} \end{array} \right. \dots P (P') \\ d - m \end{array} \right.$$

(em que P' é numa escala alargada em relação a P se m = mp + ft) ou do capital-mercadoria

$$M' (=M+m) - D' (=D+d) \left\{ \begin{array}{l} D - M \left\{ \begin{array}{l} M_p \text{ (CC)} \\ F_t \text{ (CV)} \end{array} \right. \dots P \dots M' \\ d - m \end{array} \right.$$

Como é óbvio, também nestas formas do movimento do capital a força de trabalho e o trabalho situam-se em fases diferentes — a primeira na circulação e a segunda na produção — mas a ordem entre elas dilui-se. Na medida em que o ponto comum entre as diversas formas é a «valorização do valor como fim determinante, como motor»⁽⁶⁵⁾ (M é visto à luz de M'), e a inerência dessa valorização é da produção, o que dá especial relevância à forma do ciclo do capital produtivo, a ordem de relacionamento entre força de trabalho e trabalho, surge invertida na percepção do movimento por parte dos capitalistas.

⁽⁶⁴⁾ Numa relação capital/trabalho estamos perante trabalho produtivo.

⁽⁶⁵⁾ K. MARX, *Le Capital*, livro II, tomo I, parte I, Capital IV, ed. Sociales, vol. IV, pág. 93.

Em síntese, em capitalismo, o trabalho é a afirmação da força de trabalho — seu valor de uso e sua condição de mercadoria — mas também é a sua negação — consumo de força de trabalho que tem que voltar a ser reproduzida. A força de trabalho é a afirmação do trabalho — porque é condição indispensável à existência daquele, mas também é a sua negação — na medida em que a circulação é uma interrupção no processo de produção. São categorias económicas diferentes em unidade e contradição a que correspondem dois momentos no processo de relacionamento entre trabalhadores e capitalistas claramente diferenciáveis e ordenáveis lógica, económica e socialmente, que aparecem invertidos na consciência capitalista forçada pelo movimento do capital.

«O operário reproduz os seus produtos como capital, o capitalista reproduz o operário como assalariado»⁽⁶⁶⁾. A mercantilização da força de trabalho reproduz o capitalismo e este reproduz a mercantilização da força de trabalho.

3. DUAS VISÕES DA RELAÇÃO ENTRE FORÇA DE TRABALHO E TRABALHO DOIS PROBLEMAS CENTRAIS

Temos uma realidade e dois momentos. Temos duas posições de classe divergentes quanto ao escopo fundamental da sua atenção.

Começamos a desfazer a ambiguidade da contratação colectiva traçando as fronteiras e as relações entre força de trabalho e trabalho. Terminaremos com alguns contributos sobre dois problemas ligados ao salário:

- Valor da força de trabalho e salários
- Produtividade e salários.

O primeiro constitui a preocupação fundamental dos trabalhadores situa-se integralmente no primeiro momento da relação entre capital e trabalho enquanto o segundo situa-se efectivamente no segundo momento embora a consciência invertida do processo pela parte dos capitalistas tenda a interpretá-la como a síntese dos dois momentos.

Verificaremos também se existe alguma conclusão possível de extrair da junção destas duas posições depois de devidamente relocalizados⁽⁶⁷⁾.

3.1. A força de trabalho é valor e a quantidade deste é medida pela quantidade de «valor dos objectos de primeira necessidade que são precisos para produzir, desenvolver, conservar e perpetuar a força de trabalho»⁽⁶⁸⁾.

⁽⁶⁴⁾ K. MARX, «O Resultado...», ed. cit., pág. 118.

⁽⁶⁷⁾ Não pretendemos esboçar uma teoria do salário, tarefa complexa, que constituiria só por si matéria para escrito bem mais longo que este. Também não pretendemos abordar todas as questões relacionadas com a produtividade.

O nosso intuito é apenas de recordar um conjunto de premissas que devem ser consideradas no relacionamento entre valor da força de trabalho e salários, começando por precisar o primeiro termo da relação, e entre produtividade e salários.

⁽⁶⁸⁾ K. MARX, «Salaire, Prix et Profit», ed. cit. pág. 46/7.

Comecemos por considerar a aplicação do afirmado à força de trabalho de um dado trabalhador. Os «objectos de primeira necessidade» são decomponíveis «regional» e temporalmente. São-no «regionalmente» porque dizem respeito a todos os elementos constitutivos da força de trabalho: esta é um conjunto de faculdades físicas e a sua reprodução exige a satisfação das necessidades biológicas — alimentação, vestuário, higiene, habitação, transportes, lazer, etc.; é um conjunto de faculdades intelectuais e exige a satisfação das correspondentes necessidades — educação, acesso à cultura, informação, etc. São-no temporalmente porque se referem ao período prévio ao seu aparecimento no mercado como mercadoria — englobando os parâmetros biológicos e psíquicos referidos —; ao período do seu desenvolvimento, que engloba todo o sistemático ou ocasional acréscimo de capacidades físicas ou intelectuais — pelo trabalho ou independentemente dele —; ao período da sua conservação, processável sistematicamente durante todo o tempo de vida da força de trabalho e do seu consumo — em certa medida independente do processo do trabalho, pois exige a conservação da vida humana, mas em parte relacionado com o tipo de trabalho desenvolvido nos seus múltiplos impactos sobre o trabalhador (ambiente de trabalho, intensidade de trabalho, corrosão sanitária, atenção exigida, etc.): «quanto maior é a usura maiores são os custos de reparação»⁽⁶⁹⁾ — e ao período da sua perpetuação, o que pressupõe a existência e sobrevivência do cônjuge⁽⁷⁰⁾ e «uma outra quantidade dos mesmos géneros de primeira necessidade para criar um dado número de crianças que o possam substituir no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores»⁽⁷¹⁾.

Poderíamos numa primeira abordagem tentar quantificar o valor para um dia de trabalho pela expressão:

$$\frac{(365 A + 52 B + 12 C + 4 D + \dots) W + (N_1 + 2 N_2 + \dots)}{365 W}$$

em que **A** seria a quantidade de valor das mercadorias exigidas todos os dias, **B** a das mercadorias exigidas todas as semanas, **C** a das mercadorias exigidas todos os meses, **D** a das mercadorias exigidas todos os trimestres, etc., **N₁** a quantidade de valor das mercadorias exigidas uma única vez na vida, **N₂** a das exigidas duas vezes, etc. e **W** seria o número de anos de trabalho (inevitavelmente menor que o número de anos de vida).

Mas uma tal abordagem simplista, embora podendo constituir um ponto de partida, não é de forma alguma suficiente e apresenta um conjunto de impres-

⁽⁶⁹⁾ K. MARX, *Le Capital*, ed. cit., vol. I, pág. 174.

⁽⁷⁰⁾ Note-se, pois, que à partida a sobrevivência da mulher e dos filhos encontra-se englobada no valor da força de trabalho do homem. Aqui se encontra a raiz fundamental do menor salário da mulher e dos menores na realização do mesmo trabalho. No entanto, a problemática do salário feminino não se reduz a este parâmetro; a sua abordagem teria que caminhar pelos degraus que vão ser percorridos pela temática geral e também exigiria a consideração de questões específicas.

⁽⁷¹⁾ K. MARX, «Salaire, Prix et Profits», ed. cit., pág. 46. Na definição de valor da força de trabalho dada no início deste ponto refere-se apenas «objectos», mas estes não cobrem todo o tempo de trabalho necessário à produção e reprodução da força de trabalho, como é notório se atendermos,

cisões. O valor da força de trabalho não pode ser considerada tomando em conta um único trabalhador por duas razões fundamentais⁽⁷²⁾:

a) A quantidade de valor da força de trabalho corresponde à quantidade de trabalho **socialmente** necessária. Cada indivíduo apresenta especificidades quanto às necessidades alimentares, à robustez física, ao número de filhos, ao tempo de trabalho, ao tempo de vida, etc. Considerar que para cada indivíduo haveria uma quantidade de valor específica seria um absurdo perceptível facilmente pela manifestação superficial das leis económicas — e seria distinguir o seu valor do das restantes mercadorias.

É certo que a quantidade de valor de uma força de trabalho complexa (VC) é superior (Z) à duma força de trabalho simples (VS), isto é:

$$VC = VS + Z$$

mas as especificidades individuais não podem ser redutíveis ao quantitativo de Z. A própria determinação de VS e Z faz-se considerando uma situação média ponderada⁽⁷³⁾.

b) A reprodução da força de trabalho não pode ser considerada individualmente. Como verificámos ela é simultaneamente um produto natural e social: reprodução da espécie e reprodução do sistema.

Não tem significado debater, por exemplo, se a quantidade de valor necessária para a criação e educação dos filhos dos trabalhadores é parte do valor da força de trabalho do pai ou da mãe no momento presente, ou do futuro trabalhador, porque uma fracção da força de trabalho não é perceptível fora da globalidade que lhe dá conteúdo social.

Cada força de trabalho é uma parcela da massa global existente numa determinada sociedade⁽⁷⁴⁾. Este facto tem importantíssimas repercussões:

«O valor de troca da força de trabalho engloba não só o do pão quotidiano do operário no trabalho, mas também o da manutenção do desempregado, do doente, da criança.»⁽⁷⁵⁾

p. ex., à componente educação ou habilidade adquirida.

A redução do valor da força de trabalho aos dos «objectos» aparece simplificado mesmo para Marx, que tem necessidade de afirmar: «é preciso uma certa educação que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes em mercadorias» (Marx, *O Capital*, ed. portuguesa citada, pág. 282 — o sublinhado é nosso).

⁽⁷²⁾ Esta observação, assim como o ponto de partida que tomamos, seriam desnecessárias se infelizmente não fosse tão frequente as análises teóricas — o que é mais grave do que as tentativas de aproximação estatística — da valor da força de trabalho partirem da consideração do «indivíduo», embora do «indivíduo médio».

⁽⁷³⁾ A consideração da situação média tem implicações extremamente importantes e não pode ser considerada de forma imutável. Assim, por exemplo, a integração na força de trabalho de um país um contingente de imigrantes com «padrões de vida» inferiores aos autóctones, provoca uma diminuição do valor da força de trabalho dos próprios trabalhadores naturais do país.

⁽⁷⁴⁾ Ao analisarmos a natureza social da força de trabalho, a sua polarização e o sua inseparabilidade da reprodução do capital, que faz com que indirectamente também ela seja um «produto do capital», já abordámos este aspecto, dispensando-nos agora de uma maior pormenorização.

⁽⁷⁵⁾ S. BRUNHOFF, *Etat et Capital*, pág. 10.

Com efeito, a conservação de uma «mão-de-obra» excedentária é condição indispensável da própria acumulação capitalista, mas

«A insegurança de emprego, condição da disciplina operária, contradiz, no entanto, a necessidade capitalista de um estoque indefinido de mão-de-obra a assalarar, pois se os não assalariados são desprovidos de todos os meios de existência, deixam de ser a reserva indispensável a um aprovisionamento contínuo do mercado de trabalho.» ⁽⁷⁶⁾

Assim, o valor da força de trabalho surge quantificado por uma quantidade de valor socialmente necessária que engloba estratos bastante diferentes com necessidades bastantes díspares.

Retomando a expressão aritmética anteriormente apresentada poderíamos ser tentados a adaptá-la às novas condições. Teríamos então:

$$\frac{365 A + 52 B + 4 C + \dots + N}{365} \quad (77)$$

em que A seria a quantidade de valor das mercadorias exigidas cada dia para a produção da totalidade da força de trabalho, B das exigidas todas as semanas, etc. e N a quantidade de valor das mercadorias exigidas uma única vez.

Mas também aqui surgiriam várias imprecisões resultantes de dois aspectos:

- o período considerado para a quantificação, neste caso o ano, aparece definido aleatoriamente e o significado das mercadorias englobadas no agregado N surgem como imprecisas; a formulação quantificável que apresenta tende a fazer $A = \sum A_i$, $B = \sum B_i$ em que i representa um trabalhador isolado, quando a dinâmica do valor da força de trabalho é a inversa: da massa para a parte alíquota;
- a força de trabalho é uma mercadoria específica porque é indissociável do homem e tem, como vimos uma dimensão social: «ao contrário das outras mercadorias a força de trabalho encerra, assim, do ponto de vista do valor, um elemento moral e histórico.» ⁽⁷⁸⁾

Aprofundemos este último aspecto.

A dimensão histórica do valor da força de trabalho pode ser pormenorizado através de vários parâmetros. Um primeiro, fundamental, situa-se no próprio evolucionismo das necessidades que, embora sob a forma individual, reflectem a sociedade em movimento. As necessidades inerentes à própria

⁽⁷⁶⁾ Idem, pág. 8.

⁽⁷⁷⁾ Esta é, muito aproximadamente a expressão utilizada por K. MARX, em O Capital.

⁽⁷⁸⁾ K. MARX, O Capital, ed. portuguesa referida, pág. 281.

sobrevivência humana e as formas de as satisfazer estão condicionadas pela maneira do indivíduo estar em sociedade, pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela forma de organização desta. Hoje a necessidade de habitação é bastante diferente da que existia há 150 anos, por exemplo, assim como as habitações disponíveis para a sua satisfação, o mesmo acontecendo em relação ao transporte—em mutação tecnológica rápida—e até com a alimentação e o vestuário, considerados elementos mais estáveis.

Simultaneamente, surgem novas necessidades que exigem uma nova massa de mercadorias: são as que resultam das modificações da organização da vida quotidiana e da generalização da troca de produtos. O desenvolvimento industrial, a urbanização, a separação do trabalhador em relação à agricultura, cria novas necessidades alimentares que têm que ser satisfeitas de modo diferente a partir do momento em que o trabalho da mulher se generaliza, o acesso espacial e temporal aos mercados abastecedores torna-se mais dificultoso: a modificação das necessidades alimentares e a indispensabilidade de certos electrodomésticos são exemplos simultaneamente ilustrativos do afirmado no parágrafo anterior e do surgimento de novas necessidades. São-no também as crescentes necessidades educativas—impostas pelo desenvolvimento científico acelerado e pela relevância da qualificação da mão-de-obra adaptável à nova tecnologia, apesar do fraccionamento das funções—e a massa de mercadorias necessárias ao processo escolar e à conservação e desenvolvimento posteriores. Os exemplos multiplicar-se-iam. Eles são claros, mas não deixa de ser curioso referir que as próprias técnicas de publicidade provocam um aumento da massa de mercadorias que intervêm na quantidade de valor da força de trabalho ⁽⁷⁹⁾.

Também pelo processo de trabalho, que tem evoluído imenso, a história modifica as necessidades e os modos de as satisfazer ⁽⁸⁰⁾.

Mas a componente histórica não se manifesta apenas pela via referida. «As origens da classe assalariada em cada país, o meio histórico em que se formou, continuam por muito tempo a exercer a maior influência sobre os

⁽⁷⁹⁾ A este nível surge bastante claro que a publicidade é a expressão de uma contradição do capitalismo. Os operários enquanto compradores de mercadorias são importantes para o mercado e, portanto, os capitalistas procuram influenciá-los, mas ao fazê-lo estão a aumentar o valor da força de trabalho e os seus custos. A concorrência dilui a consciência capitalista da contradição. Também é aquela que impossibilita qualquer acordo entre a fracção do capital na produção de bens de consumo essenciais para as classes trabalhadoras e as restantes, com vista à diminuição do valor da força de trabalho. Remelem essa função para o seu representante colectivo — a «política» de subsídios ao sector alimentar, do Fundo de Abastecimento, etc., são uma expressão (embora não exclusiva) da acção da classe capitalista pela «manutenção do preço da mão-de-obra» — que não estando liberta das próprias contradições sociais acaba por não a preencher cabalmente.

⁽⁸⁰⁾ Note-se, de passagem, que na influência do processo de trabalho sobre o valor da força de trabalho se encontra a raiz profunda dos «prémios de assiduidade», «prémios de produtividade», «subsídios de turno», «subsídios de trabalho extraordinário», «subsídios de trabalho nocturno», etc.

hábitos, as exigências e, portanto, as necessidades que ela leva para a vida»⁽⁸¹⁾. Diríamos mais: não só influencia as necessidades directamente, como molda o sentimento da dignidade do homem, a consciência colectiva, a aceitabilidade social de determinados padrões de vida. A concentração operária, a sua organização sindical e política, a sua experiência acumulada na luta contra o capital são motores fundamentais deste processo⁽⁸²⁾.

«O valor de troca da força de trabalho é, pois, função das condições objectivas, historicamente precisas, da sua reprodução e da capacidade dos assalariados imporem o reconhecimento destas condições.»⁽⁸³⁾

A evolução das condições sociais que têm provocado uma alteração, por exemplo, da taxa de natalidade, de fecundidade, e de mortalidade infantil e de outros parâmetros demográficos, influenciando a massa da força de trabalho, também influencia o valor da força de trabalho.

Num âmbito restrito da dimensão histórica não pode ser subestimado que a evolução cíclica da economia, com as suas fases de crise e expansão como momentos mais significativos, influencia também o valor da força de trabalho: a massa de desempregados altera-se e na medida em que o sub-valor desse sector da força de trabalho tende a ser menor, também o é a da massa global da mercadoria força de trabalho⁽⁸⁴⁾.

Finalmente, o desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade, leva a que a mesma massa de mercadorias necessária à reprodução da força de trabalho passe a ter uma quantidade de trabalho socialmente necessária inferior, pelo que, se se admitisse a invariabilidade das necessidades, teríamos uma tendência de diminuição do valor da força de trabalho. Este está sujeito a dois movimentos contrários ao longo do processo histórico

- aumento da quantidade de valor pela modificação das necessidades e do modo de as satisfazer;
- diminuição da quantidade de valor pelo aumento da produtividade nos sectores produtores de mercadorias que intervêm na reprodução da força de trabalho.

⁽⁸¹⁾ K. MARX, *O Capital*, ed. portuguesa citada, pág. 281.

⁽⁸²⁾ Insistimos, estamos a tratar do valor da força de trabalho e não do salário.

Sobre este assunto são bastante elucidativas algumas passagens de «O Conteúdo Económico do Populismo», LENINE, *Obras Completas*, vol. I.

⁽⁸³⁾ J. C. DELAUNAY, *Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale*, ed. Sociales, pág. 68.

⁽⁸⁴⁾ Esta não é a única via pela qual a conjuntura influencia o valor da força de trabalho. Recorde-se, por exemplo, as alterações na taxa de natalidade segundo a fase cíclica, de tal maneira significativa que é um parâmetro de sensibilidade conjuntural utilizado por alguns institutos dos EUA.

O resultado deste duplo movimento depende da fase histórica⁽⁸⁵⁾.

A componente moral é indissociável da dimensão social e histórica atrás referida⁽⁸⁶⁾.

Retomemos novamente a expressão aritmética atrás apresentada para o valor da força de trabalho. Aparece-nos agora mais incompleta e imprecisa:

- * não se pode considerar o ano mas o ciclo e este não apresenta sempre a mesma amplitude e periodicidade (embora haja uma tendência média, também em evolução).

A dinâmica de ciclo curto é imperceptível integralmente desinserida do ciclo longo, o que nos exigiria considerar um período de 40 a 50 anos e elevaria a aleatoriedade dos parâmetros.

- * A, B, ... não são constantes mas variáveis de uma grande complexidade: função decrescente da produtividade, função crescente com a evolução histórico-social multifacetada e com a consciência moral das sociedades, função indeterminada de cada luta em que se defrontam assalariados e capitalistas.

Todo o esforço de quantificação surge deficiente embora, a consideração daquela expressão tivesse sido uma boa base de partida:

«Marx enumera os valores de uso indispensáveis à manutenção e à reprodução da força de trabalho operária: do cabaz dos bens

⁽⁸⁵⁾ As opiniões são divergentes sobre este assunto. Se alguns afirmam que «A tendência do valor da força do trabalho como o de todas as restantes mercadorias, é de decréscimo. No entanto, este decréscimo é mais lento que no caso das restantes mercadorias» (H. P. Gonzalez *Economia Política do Capitalismo*, Vol. I, pág. 201, ed. Seara Nova),

outros manifestam opinião contrária, enquanto outros ainda admitem aquela primeira posição, mas à posteriori e com a inclusão de novos factores:

«Esta tendência ao aumento do valor da força do trabalho, cuja origem se situa no desenvolvimento das forças produtivas, faz com que a partilha do valor criado tenda a ser mais desfavorável para os capitalistas. A resposta que estes dão face a esta situação é múltipla. Consiste, nomeadamente, no crescimento da produtividade do trabalho, o qual reduz o valor das mercadorias que entram na definição do valor da força do trabalho. Ela consiste no desenvolvimento da inflação dos preços e da moeda.» (J. C. Delaunay, *Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale*, ed. Sociales, pág. 68).

⁽⁸⁶⁾ Apenas duas ligeiras referências exemplificativas:

— Falamos que a reprodução da mulher faz, em princípio, parte do valor da força do trabalho do homem, mas isso pressupõe o casamento, o «patriarcado», a monogamia, etc. que é um produto histórico e que assume, em cada momento uma dimensão moral. O mesmo se poderia dizer da sobrevivência dos idosos — por exemplo, em algumas sociedades, assim que deixavam de produzir eram mortos —, etc.

— A aceitação pela sociedade de determinados padrões de consumo dos assalariados, exprime uma consciência moral da situação de determinada classe, mas aquela é o fruto de uma luta histórica da classe operária.

necessários para a alimentação, o vestuário e a habitação às despesas de saúde e de formação profissional, do mínimo psicológico aos elementos socialmente determinados pela história. Quando estes valores de uso são mercadorias⁽⁸⁷⁾ constituem o valor da força de trabalho; mas a sua lista não é fixada no interior do próprio processo de produção capitalista embora seja ela que permita distinguir a mais-valia como origem do lucro capitalista. É-se muitas vezes conduzido a sobrepôr duas tentativas: manter o salário preso ao valor da força de trabalho, procurando-se uma quantificação pelo menos aproximada; considerar o salário como «variável exógena», dependente das lutas pela partilha do produto social. O «economismo» do cabaz de mercadorias e o «sociologismo» da luta pela repartição, são encorajados por esta ou aquela formulação de Marx.»⁽⁸⁸⁾

A dificuldade de adaptação da expressão aritmética referida não resulta da aleatoriedade, mas da abstraticidade e complexidade do valor da força de trabalho, parâmetro indissociável da sua dimensão social.

Mais, em capitalismo «o preço de produção desenvolveu-se como uma forma metamorfoseada do valor»⁽⁸⁹⁾. Também para a nossa mercadoria específica temos um preço de produção, em resultado da massa de mercadorias para a sua reprodução se quantificar em preços de produção e a própria concorrência capitalista afectar o valor de uso da força de trabalho. Contudo o preço de produção da força de trabalho não pode ser analisado por decalque ao que se passa no metamorfoseamento para as restantes mercadorias porque é a única que não é capital-mercadoria como resultado de um processo de valorização do capital.⁽⁹⁰⁾

Finalmente, vejamos qual a relação entre valor (preço de produção) da força de trabalho e o salário. A mercadoria força de trabalho tem no mercado um preço, como toda e qualquer outra mercadoria, que se exprime monetariamente. O seu valor é a categoria fundamental que permite compreender a existência do preço, a sua fixação média a determinado nível, a manutenção de certa paridade com os preços das restantes mercadorias, que permite ultrapassar

a visão do empírico que apenas é capaz de captar variações de preços, sem nunca discernir o significado do ponto de partida.⁽⁹¹⁾

A ligação entre o preço da força de trabalho e o seu valor pode ser feita sinteticamente afirmando-se que aquele é a expressão monetária deste. O salário é mais do que o preço da força de trabalho. É-o mas representado como preço do trabalho⁽⁹²⁾. Na medida em que a representação mistificada foi-se diluindo ao longo das páginas deste artigo, poderemos simplificar identificando salário e preço da força de trabalho, embora, como veremos, teremos que retomar a diferença em alguns desenvolvimentos. Em síntese, para uma primeira abordagem, consideraremos que o salário é a expressão monetária do valor da força de trabalho.

Esta caracterização do salário tem uma dupla faceta:

1. O preço é uma expressão fenomenológica do valor, mais precisamente da contradição entre valor e valor de uso.
2. O preço é uma categoria económica diferente do valor.

Parecendo-nos dispensável insistir sobre o primeiro ponto, vamos centralizar-nos no 2.º.

A diferença entre preço e valor radica-se, para já, em quatro parâmetros:

- Enquanto o valor da força de trabalho é uma categoria essencialmente da produção⁽⁹³⁾, o salário situa-se na circulação. Na passagem do valor para o preço há «um salto no desconhecido».
- No «salto no desconhecido» há sempre uma manifestação da correlação de forças sociais. Enquanto os assalariados procuram obter um salário correspondente (ou superior) ao valor da força de trabalho, os capitalistas lutam contra tal e procuram impôr uma relação de grandeza entre os dois montantes da ordem inversa.

⁽⁸⁷⁾ Neste ponto é elucidativa a diferença entre método de investigação e método de exposição. Não teria sido possível chegar ao conceito de valor se a investigação não tomasse como ponto de partida o preço, mas a compreensão desta categoria só é viável se a descrição da investigação for feita de forma inversa — tome o preço como ponto de chegada.

Estas questões de método virão a ser importantes numa fase seguinte da nossa abordagem, embora a sua concretização seja deixada para o leitor.

⁽⁹²⁾ Esta distinção entre preço da força de trabalho e salários é frequentemente desprezada, mesmo por autores que se reivindicam de Marx. Contudo, o título do capítulo 19 que inicia a 6.ª Secção — «O Salário» — do livro Primeiro de «O Capital» tem um título elucidativo: «A transformação do valor ou do preço da força do trabalho em salário». Ao longo do capítulo explicita-se o significado deste título.

⁽⁹³⁾ Dizemos «essencialmente» porque embora o valor seja criado na produção — pelo trabalho humano — não pode ter uma existência independente da circulação dadas as suas relações, já referidas anteriormente, com o valor de uso.

⁽⁸⁸⁾ Chamo-se à atenção para esta passagem da transcrição, pela sua grande importância. Assim, por exemplo, a não mercantilização dos produtos agrícolas, a posse da sua «terrazinha», são factores que diminuem o valor da força de trabalho.

⁽⁸⁹⁾ S. BRUNHOFF, «État et Capital», ed. cit., pág. 9.

⁽⁹⁰⁾ K. MARX, «Le Capital», ed. francesa cit., Vol. VI, pág. 179.

⁽⁹¹⁾ A passagem do valor para o preço de produção põe, sem dúvida, problemas teóricos complexos que têm sido equacionados em muita literatura económica recente. Estamos conscientes do carácter demasiado simplista desta abordagem. Contudo, na medida em que o nosso tema é a relação entre valor e salário, o preço de produção aparece apenas para referir a complexidade da passagem.

Em capitalismo a correlação de forças é sempre favorável ao capital (capitalistas, Estado e aliados) pelo que os salários são sempre inferiores ao valor da força de trabalho⁽⁹⁴⁾.

- Ao nível do mercado adicionam-se ao parâmetro médio os impactos da oferta e da procura, influenciadas pelas variações da população, da população activa, do desenvolvimento global, sectorial e regional das forças produtivas e sobretudo pela criação de novos postos de trabalho e pelo volume de desemprego. A estes factores globais adiciona-se também as diferenciações da situação regional (dada a relativa imobilidade da mão-de-obra), racista (cada raça tende a ter um sub-mercado preferencial), de qualificação, etc.

Um outro factor que pode influenciar de forma significativa os desfasamentos entre valor e salário é a capacidade de organização e luta das classes sociais em presença. Uma forte organização sindical, uma boa capacidade de luta dos trabalhadores é condição indispensável para aproximar o salário do valor da força de trabalho (embora também altere este).

- A política económica seguida num determinado país também é elemento interveniente no «salto no desconhecido». Enquanto em períodos de crise é de uma forma geral em grande parte do ciclo as políticas de raiz Keynesiana tendiam até à década de 60 para a defesa de salários altos como forma de criação do mercado para o capital-mercadoria, com a inflação tendeu-se para a inversão na orientação da política⁽⁹⁵⁾.

Mas estas diferenciações entre valor da força de trabalho e salário deixa de lado um outro ponto de ruptura fundamental: a actuação de cada capitalista, movido pela valorização do seu capital individual, orienta-se no sentido de garantir a reprodução quotidiana da fracção da força de trabalho por ele utilizada, e apenas disso, enquanto a reprodução global da força de trabalho foge da sua esfera de actuação, não é seu objectivo⁽⁹⁶⁾. Cada capitalista apenas necessita que o trabalhador continue explorável e disponível, pelo que basta pagar ao assalariado o indispensável ao seu «pão quotidiano». O capital em bloco é que necessita que os desempregados sejam mantidos, os doentes tratados, as crianças educadas, etc.

Quer dizer, existe uma parte do valor global da massa de força de trabalho que não é paga pelos capitalistas mas que é assegurada pelo repre-

⁽⁹⁴⁾ Este facto é visível pela deficiente alimentação, pelas más condições de habitação, pela mortalidade infantil, pelas doenças profissionais não tratadas, pelas deficiências de saúde, pelas carências sanitárias, pela fome de vastas massas de assalariados.

⁽⁹⁵⁾ Veja-se Artigo «Salários, Contratação Colectiva e Inflação» no n.º 1 desta Revista.

sentante global da classe: o Estado. Por outras palavras, identificando por salário directo os salários pagos pelas empresas, a diferença entre «reprodução da força de trabalho» e «reprodução quotidiana da força de trabalho» faz com que aquele seja sempre inferior ao valor, hiato que se adiciona prioritariamente aos anteriormente apresentados⁽⁹⁷⁾. A diferença actual entre o salário pago pelos capitalistas aos assalariados e o valor da força de trabalho neste aspecto que estamos a analisar resulta de dois movimentos históricos diferentes:

- Desde o nascimento do capitalismo o Estado sempre teve uma gestão da força de trabalho, assegurando parcialmente a sua reprodução global.
- O capital combateu o aumento dos salários em capitalismo resultante do aumento do valor da força do trabalho pela «tendência à socialização de uma parte do capital variável, cujo efeito é, para os capitalistas individuais, de reduzir o avanço que eles têm de fazer em capital variável»⁽⁹⁸⁾.

Podemos sintetizar tudo o afirmado neste ponto dizendo que o salário tem uma base objectiva de determinação que se radica no valor da força de trabalho, que simultaneamente permite desmistificar o seu significado. No entanto, situa-se sempre abaixo da quantidade daquele em resultado da correlação de forças das classes em presença. O salário directo pago pelos capitalistas garante apenas a reprodução quotidiana e parcializada da força de trabalho sendo adicionalmente inferior ao valor. Existe sempre uma intervenção do Estado no «mercado de trabalho» assegurando os interesses colectivos do capital, que aumentou e se tornou qualitativamente diferente em capitalismo monopolista de Estado⁽⁹⁹⁾.

3.2. As relações entre o valor da força de trabalho e o salário são suficientemente elucidativas para esclarecer que não existe uma relação directa, e ainda menos de causalidade, entre produtividade e salário, mas tem significado analisar a interacção entre estas duas categorias porque

- as entidades patronais afirmam frequentemente que só podem aumentar os salários se aumentar a produtividade, e tentam mesmo

⁽⁹⁶⁾ «Se ele assegurasse também a reprodução, ele ultrapassaria a sua função capitalista e perderia a sua necessária (embora falaciosa) aparência de «preço do trabalho». (S. BRUNHOFF, «État et Capital», ed. cit., pág. 10).

⁽⁹⁷⁾ Para o desenvolvimento desta tese é fundamental a leitura da obra de S. BRUNHOFF referida na nota anterior.

⁽⁹⁸⁾ J. C. DELAUNAY, ob. cit., pág. 68/69.

⁽⁹⁹⁾ Daqui se deduz a importância dos processos de contratação colectiva para os assalariados — mobiliza a parte organizada da força do trabalho —, e o seu carácter limitado — refere-se apenas a uma parte do valor da força do trabalho.

A permanente presença do Estado na gestão da força do trabalho revela a indissolubilidade da luta económica e da luta política no próprio seio das leis de funcionamento da economia capitalista.

estabelecer uma igualdade da variação marginal dos dois parâmetros.

- convém ter argumentos precisos para não se contra-argumentar na base de afirmações gerais que não permitem avançar na análise.

A posição assumida pelas entidades patronais reflecte uma visão superficial do movimento económico, constitui uma transplantação de sentimentos e outras reacções psicológicas para o campo das categorias económicas, mas, como é inevitável, existem teorias que procuram dar coerência a essas formulações, podendo assim transformarem-se em sustentáculos para uma intervenção de classe social. Essa teoria é designada pela teoria da produtividade marginal que

«é baseada na livre concorrência, com a procura e a oferta como principais elementos determinadores dos salários⁽¹⁰⁰⁾. Foi designada por teoria da produtividade marginal e afirma que os empregadores continuarão a contratar trabalhadores adicionais até que o valor da produção do último trabalhador contratado ultrapasse ou se assemelhe ao salário que ganha. Mas se encontra um outro trabalhador, o salário que tem que pagar à taxa normal de salário será maior que o valor da produção desse trabalhador.»⁽¹⁰¹⁾ ⁽¹⁰²⁾

Não é nosso intuito fazer uma crítica a esta teoria⁽¹⁰³⁾, mas apenas tê-la como referência, (embora ao caracterizarmos o salário como categoria ligada

⁽¹⁰⁰⁾ Nesta formulação existe uma certa «benevolência» de interpretação porque:

«A teoria da produtividade aplicada ao salário vai mais longe. Esforça-se por estabelecer que a taxa de salário é determinada somente pela consideração da produtividade do trabalho tal como a aprecia o empresário.» (B. NOGARO, ob. cit., Vol. IV, pág. 203/4).

O que significa que a formulação «como principais» é abusiva e que a oferta é considerada um dado, dependendo as variações apenas da procura.

⁽¹⁰¹⁾ O. I. T., «Los Salários», ed. cit., pág. 138.

⁽¹⁰²⁾ O exposto é facilmente transposto para o campo dos aumentos salariais, porque o essencial é que

«O chefe da empresa está inclinado a recompensar o assalariado na razão da sua produtividade, em valor» (B. NOGARO, ob. cit., Volume IV, pág. 203).

⁽¹⁰³⁾ Uma crítica desta teoria, poderia incidir sobre os seguintes pontos:

— Validade dos seus pressupostos fundamentais:

- Utilidade como valor
- Natureza do capital e seu carácter produtivo
- Salário como remuneração do trabalho

— Coerência interna:

- Mercado como motor dos preços
- Produtividade marginal decrescente
- Pleno emprego
- Salário com mero custo empresarial sem impactos sobre a procura
- Significado do valor da última unidade adicional

— Ajustamento ao movimento real da economia

ao valor da força de trabalho o tivéssemos começado implicitamente). Contudo pensamos indispensável precisar o conceito de produtividade:

- A) Na linguagem da economia vulgar a produtividade é a «relação entre uma certa quantidade de produtos e a quantidade de um ou vários factores de produção» e se designarmos por Y a produção total de uma economia nacional, por K o capital e por L o trabalho, de forma que $Y = f(K, L)$, isto é, o produto nacional seja o resultado da combinação do capital e do trabalho, designamos por produtividade marginal do trabalho a relação

$$\frac{\Delta Y}{\Delta L} = f'_L, \text{ isto é, ao aumento de rendimento nacional resultante de um aumento de uma unidade de trabalho }^{(104)}.$$

Contudo, tal caracterização apresenta algumas deficiências:

- Se é certo que o produto nacional pode ser considerado como o resultado de uma combinação entre capital e trabalho, entendendo por tal o resultado de uma multitude de processos de produção, que necessariamente integram uma «combinação» de capital variável e capital constante, já será erróneo considerar capital e trabalho como dois factores produtivos no mesmo nível, tanto se podendo ter f'_L como o f'_K . De facto, o trabalho é o único factor produtivo, só o trabalho cria valor novo.

- Abstrai-se totalmente do «factor tempo» que não é considerado na expressão anterior, o que significa que tende a identificar aumento de produtos com aumento de valor, o que é uma expressão da teoria do valor utilidade⁽¹⁰⁵⁾.

- B) A produtividade do trabalho não pode ser confundida, como acontece frequentemente, com a intensidade de trabalho.

Aumentar a produtividade (do trabalho) significa conseguir produzir mais produtos numa mesma quantidade de trabalho, enquanto que aumentar a intensidade de trabalho é aumentar a quantidade de trabalho.

⁽¹⁰⁴⁾ A transcrição e as expressões foram retiradas de A. COTTA, Dicionário de Economia, ed. cit.

⁽¹⁰⁵⁾ Recorde-se que o valor é medido na sua expressão quantitativa pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Convém, contudo, introduzir uma precisão. Dissemos que o socialmente necessário reflectia uma situação média, mas esta tem que ver com

— a intensidade do trabalho (intensidade médio de trabalho), pois, por exemplo, duas horas de trabalho de intensidade superior à média corresponde a mais de duas horas de trabalho socialmente necessário;

— o tempo de trabalho.

Consideremos um exemplo em que tomamos as componentes não referidas como invariáveis.

Momento 1: para produzir 200 unidades físicas de mercadorias é preciso uma quantidade de trabalho socialmente necessária de 50 horas. A cada hora corresponde, em moeda, 100\$, pelo que a quantidade de valor de cada unidade física é de 25\$. Essas 50 horas decompõem-se em 10 horas de trabalho morto (2 de fixo e 8 de constante circulante) e 40 horas de trabalho vivo. O valor novo criado foi de 40 horas = 4.000\$00.

Momento 2: As empresas que produzem 25% dessa mercadoria conseguem aumentar a sua produtividade; em 50 horas passaram a produzir 300 unidades.

Esse aumento de produtividade não é generalizado a toda a sociedade, pelo que afecta apenas parcialmente a quantidade de trabalho socialmente necessária.

A quantidade de trabalho socialmente necessária à produção de uma unidade é aproximadamente de 0,233 hora ($= 0,75 \times 0,25 + 0,25 \times 0,183$)⁽¹⁰⁶⁾.

O valor individual da empresa é menor que o valor socialmente necessário: a empresa obtém uma mais-valia extra de 1.510\$00 ($= (0,233 - 0,183) \times 100\00×300). Outro parâmetro da empresa se alterou: a sua composição orgânica, a que corresponde eventualmente diferentes proporções de trabalho morto e trabalho vivo. Suponhamos, para simplificar que a proporção 10/40 para o trabalho transferido passa para 15/40 decompondo-se o tempo de trabalho transferido em 3 (Cf) e 12 (Cc).

Momento 3: A situação das referidas empresas generaliza-se a toda a sociedade. A quantidade de trabalho socialmente necessária à produção de uma unidade é de 0,183 hora o que em termos monetários corresponde a 18\$30. Socialmente 300 u. correspondem a 55 horas com uma expressão monetária de 5.500\$, havendo uma

⁽¹⁰⁶⁾ O valor é aproximado porque em rigor não se deveriam considerar os pesos de ponderação 0,75 e 0,25, mas os que resultariam do aumento de produção, pois a este corresponde certamente uma nova partilha do mercado. $0,183 = (15 + 40) / 300$. É $15 + 40$, e não $10 + 40$, devido à alteração de trabalho morto transferido, referido a seguir.

relação de 15 para 40 entre o trabalho morto e o trabalho vivo.

Comparemos agora o Momento 1 e 3, cujas diferenças resultam de um aumento de produtividade:

Relação trabalho morto/trabalho vivo . . .	10 / 40	15 / 40
Quantidade física de mercadorias . . .	200	300
Quantidade de valor novo criado em		
40 horas de trabalho vivo . . .	4.000\$00	4.000\$00
Quantidade de valor transferido em		
40 horas de trabalho vivo . . .	1.000\$00	1.500\$00
Quantidade de valor da massa de mercadorias	5.000\$00	5.500\$00
Quantidade de valor unitário . . .	25\$00	18\$30

Consideremos agora os Momentos 2 e 3 mas resultantes de um aumento de intensidade do trabalho vivo.

Momento 2': Uma empresa que tinha 25% do mercado aumentou a intensidade de trabalho em 12,5%, passando a produzir 300 u de mercadorias em 40 horas de trabalho vivo, a que corresponde uma transferência de trabalho morto de 15 horas. A quantidade de valor empresarial por unidade física é 20\$ ($40 \times 1,125 \times 100\$ / 300$). Isto é, cada hora de trabalho com a nova intensidade corresponde a 1,125 horas antigas ou 112\$50. O valor social é aproximadamente 23\$75 ($= 75 \times 25\$ + 0,25 \times 20\$$).

A empresa obtém uma mais-valia extra de 1.125\$ ($= (23\$75 - 20\$) \times 300$).

Momento 3': A situação da referida empresa generaliza-se a toda a sociedade. A quantidade de trabalho socialmente necessária à produção de 1 unidade é de 20\$. Socialmente 300 u corresponde a 55 horas com uma expressão monetária de 600\$ ($= 4.500\$ + 1.500\$$) (107).

Comparemos agora o Momento 1 e 3' cujas diferenças resultam de um aumento de intensidade de trabalho:

Relação trabalho morto/trabalho vivo . . .	10 / 40	15 / 40
Quantidade física de mercadorias . . .	200	300
Quantidade de valor novo criado em		
40 horas de trabalho vivo . . .	4.000\$00	4.500\$00

⁽¹⁰⁷⁾ Neste exemplo, para simplificar, está-se a admitir que a definição das situações-médias se faz por sector e que não houve alteração no tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução das mercadorias que constituem o capital constante.

Quantidade de valor transferido em 40 horas de trabalho vivo	1.000\$00	1.500\$00
Quantidade de valor da massa de mercadorias	5.000\$00	6.000\$00
Quantidade de valor unitário	25\$00	20\$00

Se compararmos as duas situações podemos tirar uma conclusão evidente:

«Se a produtividade aumenta, durante o mesmo tempo de trabalho criam-se mais produtos mas não mais valor. Se a sua intensidade cresce, durante o mesmo tempo o trabalho cria mais produtos e mais valor, pois, nesse caso, o acréscimo de produtos provem de um acréscimo de trabalho.»⁽¹⁰⁸⁾

As entidades patronais nos processos de negociação tendem a confundir os dois conceitos, o que reflecte também uma posição de classe: se pretendem relacionar salário e produtividade é-lhes conveniente imputar a evolução das duas grandezas aos trabalhadores e se a intensidade de trabalho pode ser-lhes parcialmente imputável (a parte restante sê-lo-á às máquinas e equipamentos e à organização do trabalho) a produtividade nunca o poderá porque depende do progresso técnico e científico e da sua aplicação à produção (ambos os parâmetros são da responsabilidade do capital). Nem se recordam que essa identidade ideológica se opõe à sua ideologia da «humanização do trabalho» humano em capitalismo!

Quais são, pois, as relações entre produtividade e salários? A resposta pode ser dada a diversos níveis:

1. Da relação entre produtividade do trabalho e valor da força de trabalho pode-se concluir que:

- a) A existência de um determinado nível de produtividade é indispensável à mercantilização da força de trabalho;
- b) Considerando um dado momento ou um período de tempo relativamente curto não existem quaisquer relações entre os dois parâmetros;
- c) A produtividade depende da evolução das forças produtivas que constituem também o elemento motor (accionado) das relações de produção e, como verificamos, essa dinâmica tem um duplo efeito contraditório sobre a quantidade de valor da força de trabalho: diminuição pela redução do valor de troca dos bens de consumo e aumento pelo alargamento das necessidades e da quantidade de mercadorias para as satisfazer;

⁽¹⁰⁸⁾ K. MARX «Le Capital», ed. francesa cit., Volume II, pág. 196.

d) Em capitalismo a produtividade tende a diminuir a quantidade de valor da força de trabalho pela criação de um sistemático exército industrial de reserva.

2. A estrutura intrasectorial da produtividade determina a estrutura dos preços de produção, pelo que há uma influência recíproca entre o da força de trabalho e as das restantes mercadorias, e a repartição da mais-valia, insidindo, consequentemente, sobre as margens sectoriais de manobra das classes sociais em presença.
3. A relação entre produtividade e salário é profundamente diversificada e contraditória:

- a) Dado um determinado nível de produtividade existe uma determinada relação entre os salários e o valor das mercadorias produzidas: aqueles não podem ultrapassar este (que constitui um limite superior) mas podem «ser inferiores em todos os graus possíveis»⁽¹⁰⁹⁾;
- b) A produtividade num dado momento e a sua evolução condiciona a procura de força de trabalho e salário;
- c) Na medida em que a variação da produtividade está ligada à acumulação, em capitalismo acaba também por influenciar a oferta da força de trabalho

«as relações de produção capitalistas recaem sempre mais pesadamente sobre a classe operária, à medida que o progresso técnico, aumentando a produtividade do trabalho, não só aumenta a possibilidade material que os capitalistas têm de aumentar o nível de exploração operária, mas faz desta eventualidade uma realidade provocando uma diminuição relativa da procura de mão-de-obra ao mesmo tempo que um aumento relativo e absoluto da oferta»

«Longe de aumentar o preço da força de trabalho, o desenvolvimento da produtividade do trabalho é muitas vezes, pelo contrário, a causa imediata da sua baixa.»⁽¹¹⁰⁾

- d) As variações salariais têm impactos multifacetados sobre a produção e o rendimento, sobre a capacidade produtiva utilizada, sobre as composições técnica e orgânica do capital e, portanto, sobre a produtividade.

⁽¹⁰⁹⁾ K. MARX «Salaire, Prix et Profit», ed. cit., pág. 37.

⁽¹¹⁰⁾ LENINE «Notas Sobre o Primeiro Projecto do Programa», Ob. Comp. ed. francesa, Volume VI, pág. 13.

Em síntese, no essencial o salário não tem relações directas com a produtividade, esta não pode ser encarada como causa do nível daquele, mas existem relações de sentido múltiplo e contraditório.

3.3. Da análise anterior concluiu-se da diferenciação entre força de trabalho e trabalho, da mercantilização da primeira e da sua caracterização como valor, da determinação dos salários pelo valor da força de trabalho e da definição da produtividade como estado de desenvolvimento das forças produtivas. Tem que se concluir, inevitavelmente, que existe a categoria fundamental do capitalismo: a mais-valia.⁽¹¹¹⁾

4. Conclusão

A metodologia do processo de contratação colectiva⁽¹¹²⁾ e a articulação deste com a luta económica e política em torno do valor da força de trabalho, deve ser concordante com as leis objectivas que regem as categorias fundamentais anteriormente articuladas.

Carlos Pimenta

(111) Além da bibliografia apresentada nas notas anteriores sobre os assuntos referidos neste artigo é ainda de citar

- * Manual de Economia Política, Academia de Ciências da U.R.S.S., Ed. Estampa.
- * «Les Salaires», J. LECAILLON, Ed. Cujas.
- * «Valeur et Repartition», C. BENETTI, Ed. Maspero/Grenoble.
- * «O Capitalismo Monopolista de Estado», BOCCARA e outros, Sd. Seara Nova.
- * «Teoria Geral», KEYNES, Ed. Fundo de Cultura.
- * «A Propósito da Questão Dita dos Mercados», LENINE.
- * «Para Caracterizar o Romantismo Económico», LENINE.

(112) Veja-se «Notas Sobre as Fundamentações Económicas das Contratações Colectivas», C. PIMENTA, Ec. n.º 19, pág. 54/67.